



# **Câmara Municipal de Taparuba**

**-ESTADO MINAS GERAIS-**

CNPJ-01.624611/0001-73

*Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000*

---

# **REGIMENTO INTERNO**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE TAPARUBA**



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

## TITULO I

### DA CÂMARA MUNICIPAL

#### CAPITULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** - A Câmara Municipal é o órgão legislativo do Município e compõe-se de Vereadores eleitos nas condições e termos da legislação vigente (Art. 29. Inciso I da CF e Art. 50 da Lei Orgânica Municipal).

§ 1º - A Câmara Municipal tem sua sede e recinto na Rua Mariano Pereira, nº 353, fundos, na cidade de Taparuba, Minas Gerais.

§ 2º - Na sede da Câmara Municipal não se realizarão atos estranhos à sua função e somente será cedido o Plenário para manifestações cívicas, culturais ou partidárias.

§ 3º - Em caso de calamidade pública ou de qualquer outra ocorrência que impossibilite o seu funcionamento na sede, a Câmara poderá reunir-se em outro local, por deliberação da Mesa, “ad referendum” da maioria absoluta dos vereadores.

§ 4º - Caberá ao Presidente da Câmara comunicar às autoridades competentes o endereço provisório da sede da Câmara.

**Art. 2º** - A Câmara Municipal de Taparuba reunir-se-à ordinariamente, em 02 (duas) reuniões mensais, que terão início às 19:00 horas às segundas e quartas segundas-feiras dos meses.

§ 1º - Os períodos compreendidos entre 15 de dezembro e 15 de fevereiro e entre 1º de julho e 31 de julho de cada ano, são considerados períodos de recesso.

§ 2º - as reuniões poderão ser antecipadas quando houver, na 2º quinzena, feriado que impossibilite a realização das 02 (duas) Reuniões Ordinárias.

§ 3º - A Sessão Legislativa não será interrompida sem aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º - A abertura de cada período legislativo poderá se dar em um bairro ou distrito da cidade, exceto na 1º reunião de cada legislatura.

**Art. 3º** - Os vereadores da Câmara Municipal exercerão seus mandatos por uma legislatura, correspondendo cada ano a uma Sessão Legislativa.

§ 1º - Cada Sessão Legislativa compreende o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

§ 2º - No primeiro ano da legislatura, a Câmara Municipal se instalará a 1º de janeiro, para posse dos Vereadores e eleição da Mesa Diretora, na forma prevista neste Regimento Interno.

#### CAPITULO II

#### DAS FUNÇÕES DA CÂMARA

**Art. 4º** - O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal, que tem funções legislativas, julgadores, de fiscalização financeira e de controle externo do Executivo,



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

de assessoramento político – administrativo, desempenhando, ainda, as atribuições que lhe são próprias, atinentes á gestão dos assuntos de sua economia interna.

§ 1º - As funções legislativas da Câmara Municipal consistem na elaboração de emendas à Lei Orgânica Municipal, leis ordinárias, decretos legislativos e resoluções sobre quaisquer matérias de competência do Município

§ 2º - Compete à Câmara manifestar-se, por maioria de seus membros, a favor de proposta de emenda à Constituição do Estado de Minas Gerais

§ 3º - A função de fiscalização é exercida com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, compreendendo:

I – apreciação das contas do exercício financeiro, apresentadas pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara;

II – acompanhamento das atividades financeiras do Município;

III - julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e da Lei Orgânica Municipal.

§ 4º - A função de controle externo é de caráter político-administrativo e se exerce sobre o Prefeito, Secretarias Municipais, Mesa do Legislativo e Vereadores.

§ 5º - A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público a Executivo, mediante proposições.

§ 6º - A função administrativa é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares.

§ 7º - As funções julgadoras ocorrem nas hipóteses em que é necessário julgar os Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, quando tais agentes políticos cometerem infrações político-administrativas previstas em Lei.

## CAPITULO III

### DA INSTALAÇÃO E POSSE

**Art. 5º** - A Câmara Municipal instalará a Legislatura em Reunião Solene, independentemente do número de presenças.

§ 1º - Assumirá a Presidência, para a direção dos trabalhos o Vereador mais votado.

§ 2º - Aberta a Reunião, o Presidente convidará um Vereador, de partido diferente, para assumir o cargo de Secretário, o qual recolherá os diplomas e as declarações de bens dos Vereadores presentes.

§ 3º - O Presidente, após convidar os Vereadores e presentes a que se ponham de pé, proferirá a seguinte afirmação: “PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TAPARUBA E O



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR COM RETIDÃO O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E PELO BEM-ESTAR DO POVO”.

§ 4º - Prestado o compromisso, o Presidente procederá à chamada de cada Vereador, que declarará: “Assim o prometo”.

§ 5º - O Vereador que não tomar posse na Reunião Solene prevista neste artigo, deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo de força maior, aceito pela Câmara.

§ 6º - O compromisso mencionado no §3º será igualmente prestado em Reunião posterior, junto à Presidência, pelos Vereadores que não o tiveram feito na ocasião própria, assim como pelos Suplentes convocados na forma deste Regimento.

§ 7º - Findo o prazo previsto no §5º, não tendo o Vereador faltoso à Reunião de Instalação e Posse. Justificando a sua ausência, deverá a Mesa Diretora convocar o respectivo Suplente.

§ 8º - no ato da posse, os Vereadores deverão desincompatibilizar-se quando for o caso, e fazer declaração de bens, que compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, título, ações e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizados no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.

§ 9º - A declaração de bens será anualmente atualizada a na data em que o Vereador deixar o exercício do mandato.

§ 10º - O declarante, a seu critério, poderá entregar cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal, na conformidade da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, com as necessárias atualizações, para suprir a exigência contida no §§8 e 9º deste artigo.

**Art. 6º** - Sob a Presidência do Vereador mais votado na direção dos trabalhos, e observando o disposto nos arts. 5º e 13, passar-se-á à eleição da Mesa Diretora, que dirigirá os trabalhos da Câmara Municipal, por duas Sessões Legislativas.

§ 1º - Declarada eleita e empossada a Mesa Diretora, o Presidente assumirá a direção dos trabalhos e dará posse ao Prefeito e Vice-Prefeito.

§ 2º - Enquanto não for eleita a Mesa Diretora, pela insuficiência do número de Vereadores presentes, no outro motivo, caberá ao Vereador citado no “caput” legais da administração da Câmara Municipal, tendo, inclusive, autonomia para convocar reuniões diárias até a eleição definitiva da mesma.

## TITULO II

### DA MESA DIRETORA

#### CAPITULO II

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 7º** - A Mesa Diretora, eleita por 2 (dois) anos, compor-se-á dos cargos de PRESIDENTE, 1º e 2º VICE-PRESIDENTES E 1º e 2º SECRETÁRIOS.



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

§ 1º - As atribuições e competência para substituir são as estabelecidas nos artigos 15 e seguintes, considerada a ordem de composição.

§ 2º - É permitida a recondução dos Membros da Mesa aos mesmos cargos, na eleição imediatamente subsequente.

§ 3º - Não se considera recondução para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas.

**Art. 7º** - A Mesa Diretora eleita para um mandato de 02 (dois) anos, compor-se-á dos cargos de Presidente, 1º e 2º Vice Presidentes, 1º e 2º Secretários, vedada a recondução dos eleitos para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, desde que na mesma legislatura. (Vigente Alterado pela Resolução 001/2002).

**Art. 8º** - Se, à hora regimental, não estiverem presentes os membros da Mesa Diretora, assumirá a Presidência e abrirá a Reunião, o Vereador mais idoso entre os presentes.

**Art. 9º** - As funções dos membros da Mesa Diretora somente cessarão:

- I. Pela morte;
- II. Ao fim do mandato da Mesa Diretora;
- III. Pela renúncia, apresentada, por escrito;
- IV. Pela destituição do cargo;
- V. Pela perda do mandato.

**Art. 10º** - No caso de vacância de cargos da Mesa Diretora será realizada eleição para preenchimento da vaga, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, em Reunião Extraordinária convocada para este fim, se a vacância ocorrer antes de cumprida a metade do mandato; caso contrário, proceder-se á substituição legal, com eleição para vaga remanescente.

**Art. 11º** - O Presidente, o 1º Vice-Presidente e o 1º Secretário não poderão fazer parte de Comissão Permanente, nem de Comissão Parlamentar de Inquérito.

**Parágrafo Único** – Em Comissão Especial e em Comissão de Representação, a Mesa Diretora poderá ter representantes.

## CAPITULO II

### DA ELEIÇÃO E POSSE DA MESA DIRETORA

**Art. 12º** - A eleição para renovação da Mesa Diretora da Câmara Municipal realizar-se-á na primeira quinzena de dezembro, do ano anterior, e os eleitos assumirão automaticamente a direção dos trabalhos, a partir de 1º de janeiro.

**Art. 12º** - A eleição para a renovação da Mesa diretora da Câmara Municipal, realizar-se-á a partir de 1º de julho ate a primeira quinzena de dezembro do ano anterior, e os eleitos assumirão automaticamente a direção dos trabalhos a partir de 1º de janeiro. (Vigente Alterado pela Resolução 003/2010).

**Art. 13º** - A eleição da Mesa Diretora ou para preenchimento de qualquer vaga far-se-á por votação nominal e a descoberto, por maioria absoluta de votos no 1º (primeiro) escrutínio; não sendo alcançada a maioria exigida, far-se-á um 2º (segundo) escrutínio entre



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

as duas chapas mais votadas, com quorum de maioria simples de votos, observadas as seguintes exigências e formalidades:

- I. Presença da maioria dos Vereadores;
- II. Chamada dos Vereadores, que deverão proferir nominalmente os seus votos;
- III. No caso de haver uma ou mais chapas concorrentes, seus registros serão feitos no início da reunião, devendo estar cada uma acompanhada das declarações de consentimentos dos seus respectivos integrantes, não podendo um mesmo Vereador integrar mais de uma chapa;
- IV. Um só ato de votação para todos os cargos.

**Parágrafo Único** - Encerrada a votação, será proclamado o resultado, não se admitindo o voto do Vereador que tenha dado entrada no Plenário, após o voto do último da lista geral.

**Art. 14º** - Na apuração, se ocorrer empate, considerar-se-á eleita a chapa onde estiver o candidato o Presidente mais idoso.

**§1º** - Não sendo possível, por motivo de força maior, efetivar-se ou completar-se a eleição da Mesa Diretora na primeira Reunião para esse fim convocada, o Presidente convocará Reunião para o dia seguinte e, em caso de justo motivo, para os dias subsequentes, até a plena consecução desse objetivo, que deverá dar-se em um prazo máximo de 10 (dez) dias.

**§2º** - Não se efetivando a eleição do Presidente, assumirá o exercício interino de Presidente da Câmara Municipal, o Vereador mais votado, que deverá providenciar novas eleições em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, cabendo-lhe, ainda, nomear o Secretário interino.

## CAPITULO III

### DAS ATRIBUIÇÕES DA MESA DIRETORA

**Art. 15º** - A Mesa Diretora é órgão colegiado e decidirá sempre pela maioria dos seus membros.

**§1º** - Além das atribuições consignadas neste Regimento ou dele implicitamente resultantes, compete à Mesa Diretora a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Câmara Municipal, e, especialmente:

- I. Elaborar e encaminhar ao Prefeito até o dia 15 (quinze) de agosto, após aprovação pelo Plenário, a proposta orçamentária na Câmara Municipal, a ser incluída na proposta do Município; na hipótese de não apreciação pelo Plenário, prevalecerá a proposta da Mesa Diretora;
- II. Enviar o Prefeito até o dia 20 (vinte) de cada mês, para fins de incorporação aos balancetes do Município, os balancetes de sua execução orçamentária relativos ao mês anterior;



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

**III.** Encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, até 31 (trinta e um) de março as contas do exercício anterior;

**IV.** Propor ao Plenário projetos que criem, transformem e extingam cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal, bem como a fixação da respectiva remuneração, observadas as determinações legais;

**V.** Declarar a perda de mandato de Vereador, de ofício ou por provocação de qualquer dos membros da Câmara Municipal, nos casos previstos na Lei Orgânica do Município;

**VI.** Expedir Resoluções;

**VII.** Autorizar a aplicação dos recursos públicos disponíveis e depositar, na conta da Câmara Municipal, o resultado dessas aplicações.

§2º - Compete, ainda, à Mesa Diretora:

**I.** No Setor Legislativo:

**a)** Convocar Reuniões extraordinárias;

**b)** Propor créditos e verbas necessárias ao funcionamento da Câmara Municipal e dos seus serviços;

**c)** Tomar as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos.

**II** – no Setor Administrativo:

**a)** Encaminhar as contas anuais ao Tribunal de Contas competente;

**b)** Superintender os serviços da Secretaria da Câmara Municipal;

**c)** Nomear, promover, transferir, comissionar, exonerar, demitir e aposentar funcionários pô-los em disponibilidade, bem como praticar, em relação ao pessoal contratado, os atos equivalentes;

**d)** Prover a polícia interna da Câmara Municipal;

**e)** Determinar a abertura de sindicância e inquéritos administrativos;

**f)** Autorizar despesas para as quais a lei não exija licitação;

**g)** Referendar ou não o que for arbitrado pelo Presidente, nos termos do inciso VIII, §2º do Art.18;

**h)** Permitir sejam irradiados, fotografados, filmados ou televisados os trabalhos da Câmara Municipal, no Plenário;

**i)** Regulamentar a abertura e julgamento de licitações;

**j)** Administrar os bens móveis e imóveis do Município, utilizados em seus serviços.

**Art. 16º** - Os membros da Mesa Diretora reunir-se-ão em Comissão, pelo menos semanalmente, a fim de deliberar, por maioria de votos, sobre todos os assuntos da Câmara Municipal sujeitos ao seu exame, assinando e dando ciência dos respectivos atos e decisões.

§1º - Os membros da Mesa Diretora poderão afastar-se temporariamente das funções, mediante requerimento despachado pelo Presidente da Câmara Municipal ou por deliberação da Mesa Diretora, no caso de afastamento do Presidente.



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

§2º - Os afastamentos de que trata o parágrafo anterior não poderão ser concedidos quando um membro da Mesa Diretora já estiver licenciado ou afastado, salvo motivo de força maior comprovado.

## Seção I

### Do Presidente da Câmara Municipal

**Art. 17º** - O Presidente é o representante da Câmara Municipal, quando ela houver de se pronunciar coletivamente, o coordenador dos trabalhos e o mantenedor da ordem, nos termos deste Regimento.

**Parágrafo Único** – O Presidente, ao abrir a Reunião, pronunciará o seguinte: “EM NOME DO POVO DE TAPARUBA E SUPLICANDO PROTEÇÃO DE DEUS, DOU POR ABERTOS OS TRABALHOS DESTA REUNIÃO”.

**Art. 18º** - Compete ao Presidente:

- I.** Representar a Câmara Municipal em juízo e fora dele;
- II.** Dirigir os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal;
- III.** Interpretar, cumprir e fazer cumprir Regimento Interno;
- IV.** Promulgar as Resoluções, os Decretos Legislativos, os Leis que receberam sanção tácita e aquelas cujo veto tenha sido rejeitado pela Câmara Municipal e não tenham sido promulgadas pelo Prefeito;
- V.** Fazer publicar os atos da Mesa Diretora, as Resoluções, os Decretos Legislativos e as Leis por ele promulgadas;
- VI.** Declarar extinto o mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em Lei;
- VII.** Apresentar ao Plenário, até o dia 20 (vinte) de cada mês, o balancete da execução orçamentária do mês anterior;
- VIII.** Requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara Municipal;
- IX.** Exercer, em substituição, a Chefia do Poder Executivo, nos casos previstos em Lei;
- X.** Designar comissões parlamentares nos termos regimentais, observadas as indicações partidárias;
- XI.** Prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal;
- XII.** Encaminhar Requerimentos e Pedidos de Informações aos destinatários, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos;
- XIII.** Responder aos requerimentos enviados à Mesa Diretora pelos Vereadores, no prazo máximo de 10 (dez) dias, prorrogável somente uma vez pelo mesmo período.

§ 1º - Na direção dos trabalhos legislativos compete ao Presidente:

I - quanto às Reuniões:

- a)** Anunciar a convocação das Reuniões nos termos deste Regimento;
- b)** Abrir, presidir, suspender e encerrar as Reuniões;
- c)** Manter a ordem dos trabalhos, cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno;





# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

- d) Mandar proceder à chamada e à leitura das correspondências e proposições;
  - e) Transmitir ao Plenário, a qualquer momento, as comunicações que julgar convenientes;
  - f) Conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos Regimentais;
  - g) Interromper o orador que se desviar da questão em debate ou falar sem o respeito devido à Câmara Municipal ou a qualquer de seus membros, advertindo-o, à ordem e, em caso de insistência, cassando-lhe a palavra, podendo, ainda, suspender a Reunião, quando não atendido e as circunstâncias o exigirem;
  - h) Chamar a atenção do orador quando se esgotar o tempo a que tem direito;
  - i) Anunciar a Ordem do Dia e submeter à discussão e votação a matéria dela constante;
  - j) Anunciar o resultado das votações;
  - l) estabelecer o ponto da questão sobre o qual deva ser feita a votação;
  - m) determinar, nos termos regimentais, de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador, que se proceda à verificação de presenças;
  - n) anotar em cada documento a decisão do Plenário;
  - o) resolver qualquer Questão de Ordem e, quando omissa o Regimento Interno, estabelecer precedentes regimentais, que serão anotados para solução de casos análogos;
  - p) organizar a Ordem do Dia, atendendo a preceitos legais e regimentais;
  - q) anunciar o término das Reuniões, convocando, antes, a Reunião seguinte;
  - r) convocar Reuniões Extraordinárias, Secretas e Solenes, nos termos deste Regimento Interno;
  - s) interpretar o Regimento Interno;
- II – quanto às proposições:**
- a) Receber as proposições apresentadas;
  - b) Distribuir proposições, processos e documentos às comissões;
  - c) Determinar, a requerimento do autor, a retirada de proposições, nos termos regimentais;
  - d) Declarar prejudicada a proposição em face da rejeição ou aprovação de outra com o mesmo objetivo;
  - e) Devolver ao autor, quando não atendidas as formalidades regimentais, proposições em que seja pretendido ao reexame da matéria anteriormente rejeitada ou vetada e cujo veto tenha sido mantido;
  - f) Não aceitar substitutivos ou emendas que não sejam pertinentes à proposição inicial;
  - g) Determinar o desarquivamento de proposição, nos termos regimentais;
  - h) Retirar da pauta da Ordem do Dia proposições em desacordo com exigências regimentais;



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

i) Despachar requerimentos, verbais ou escritos, processos e demais papéis submetidos à sua apreciação;

j) Observar e fazer observar os prazos regimentais;

l) solicitar informações e colaborações técnicas para estudos de matéria sujeita à apreciação da Câmara Municipal;

m) devolver proposição que contenha expressões anti-regimentais;

### III – Quanto às Comissões:

a) Nomear comissões especiais de representação, nos termos regimentais, observadas as indicações partidárias;

b) Designar substitutos para os membros das comissões, em caso de vaga, licença ou impedimento ocasional;

c) Declarar a destituição de membros das comissões quando deixarem de comparecer a 3 (três) reuniões, consecutivas, ou 10 (dez) intercaladas, sem motivo justificado;

### IV – quanto às Reuniões da Mesa Diretora:

a) Convocá-las e presidi-las;

b) Tomar parte nas suas discussões e deliberações, com direito a voto e assinar os respectivos atos e decisões;

c) Distribuir as matérias que dependerem de parecer da Mesa Diretora;

d) Definir as decisões da Mesa Diretora, cuja execução não for atribuída a outro de seus membros;

### V - quando às Publicações:

a) Mandar à publicação informações, notas e documentos que digam respeito às atividades da Câmara Municipal e devam ser divulgadas;

### VI – quanto às Atividades e Relações Externas da Câmara Municipal:

a) Manter, em nome da Câmara Municipal, todos os contatos de direito com o Prefeito e demais autoridades;

b) Agir, judicialmente, em nome da Câmara Municipal “ad referendum” ou por deliberação do Plenário;

c) Convidar autoridades e outras personalidades ilustres e visitarem a Câmara Municipal;

d) Determinar lugar reservado aos representantes credenciados da imprensa escrita, falada e televisa;

e) Zelar pelo prestígio da Câmara Municipal e pelos direitos, garantias e respeito devido aos seus membros.

### § 2º - Compete, ainda, ao Presidente:

I – dar posse aos Vereadores e Suplentes nos casos previstos em Lei e neste Regimento Interno;

II – justificar a ausência do Vereador às Reuniões Ordinárias e Extraordinárias e às Reuniões das Comissões Permanentes, quando motivada pelo desempenho de suas funções



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

em Comissão Especial, Parlamentar de Inquérito ou de Representação, e em caso de doença, nojo, gala, paternidade ou vagens administrativas, mediante requerimento do interessado;

**III** – executar as deliberações do Plenário;

**IV** – manter a correspondência oficial da Câmara Municipal nos assuntos que lhe são afetos;

**V** – rubricar os livros destinados aos serviços da Câmara Municipal;

**VI** – nomear e exonerar os cargos de provimento em comissão, bem como conceder-lhes gratificações, respeitadas os limites legais;

**VII** – autorizar a despesa da Câmara Municipal e o seu pagamento, dentro dos limites do orçamento e observadas as disposições legais, requisitando da Prefeitura o respectivo numerário;

**VIII** – dar andamento legal aos recursos interpostos contra seus atos, de modo a garantir o direito por partes;

**IX** – providenciar a expedição, no prazo legal, das certidões que lhe forem solicitadas, bem como atender às requisições judiciais;

**X** – despachar toda a matéria de expediente;

**XI** – dar conhecimento à Câmara Municipal, na última reunião ordinária de cada ano, da resenha dos trabalhos realizados durante a Sessão Legislativa.

**Art. 19°** - Para ausentar-se do Município por mais de 15 (quinze) dias, o Presidente deverá, necessariamente, licenciar-se, na forma regimental, e a verba de representação ou indenizatória será destinada, proporcionalmente, ao seu substituto.

**Art. 20°** - Nos períodos de recesso da Câmara Municipal, a licença do Presidente se efetivará mediante comunicação escrita ao seu substituto legal, observados os preceitos do §§1° e 2° do Art. 16 deste Regimento Interno.

**Art. 21°** - Para oferecer proposições ou tomar parte em qualquer discussão, o presidente dos trabalhos deverá afastar-se da Presidência.

**Art. 22°** - O Presidente da Câmara Municipal, ou quem o substituir, somente manifestar-se o seu voto nas seguintes hipóteses:

I - Na eleição da Mesa Diretora;

II - Quando ocorrer empate em qualquer votação no Plenário;

III - Nas votações secretas.

**Art. 23°** - Será sempre computada, para efeito de “quorum”, a presença do Presidente dos trabalhos.

**Art. 24°** - Quando o Presidente estiver com a palavra no exercício de suas funções, durante as Reuniões, não poderá ser aparteado.

## Seção II

### Do 1° Vice-Presidente



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

**Art. 25°** - Sempre que o Presidente não se achar no recinto à hora regimental de início das reuniões, o 1° Vice-Presidente o substituirá no desempenho de suas funções, cedendo-lhe o lugar à sua presença.

§ 1° - Quando o Presidente deixar a Presidência durante a Reunião, cabe, ainda, ao Vice-Presidente, substituí-lo.

§ 2° - O 1° Vice-Presidente será substituído em sua ausência, e, para o fim destas atribuições, pelo 1° Secretário.

§ 3° - o 1° Vice-Presidente suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças, ficando, nas duas últimas hipóteses, investindo na plenitude das respectivas funções.

§ 4° - Ao 1° Vice-Presidente, caberá, também, assinar, depois do Presidente, as Resoluções da Mesa Diretora.

## Seção III

### Do 1° Secretário

**Art. 26°** - São atribuições do 1° Secretário:

**I.** No Processo Legislativo:

a) Fazer a chamada dos Vereadores, obedecendo à ordem da lista nominal e na forma das normas regimentais, e apurando as presenças, no caso de votação ou verificação de “quorum”;

b) Fazer a verificação de votação quando solicitado pela Presidência;

c) Acompanhar e supervisionar a redação da ata da Reunião, proceder à sua leitura e assiná-la depois do Presidente;

d) Redigir a ata das Reuniões Secretas;

**II.** Na Administração da Câmara Municipal:

a) Fiscalizar as despesas e fazer cumprir normas regulamentares;

b) Assinar, depois do Presidente e do 1° Vice-Presidente, atos da Mesa Diretora;

c) Fazer as anotações devidas nos documentos sob sua guarda, autenticando-os quando necessário;

d) Responsabilizar-se pelas proposições, documentos, requerimentos, memoriais, convites, representações e outros expedientes que lhe sejam encaminhados;

e) Receber e elaborar a correspondência da Câmara Municipal, excluída a destinada ao Presidente da República dos Tribunais Federais e Estaduais, Ministros e Governantes de Estado, Presidente do Senado, da Câmara dos Deputados, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais, ao Prefeito e, ainda, a Governos Estrangeiros e Autoridades Eclesiásticas, que são atribuições do Presidente da Câmara Municipal;

f) Despachar a matéria o expediente.

## CAPITULO IV DA PRESTAÇÃO E DA TOMADA DE CONTAS



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

**Art. 27º** - O Prefeito encaminhará à Câmara até primeiro de março, a Prestação de Contas e os Balanços do exercício findo.

**Art. 28º** - Compete à Câmara tomar e julgar as Contas do Prefeito, deliberando sobre o Parecer

**I** – o Parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

**II** – o Presidente da Câmara de posse do Processo de Prestação de Contas, após receber o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, providenciará a distribuição aos Vereadores no prazo de 10 (dez) dias, de cópias da Mensagem e do Parecer encaminhando o Processo, em seguida, à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, que opinará, elaborando o respectivo Projeto de Resolução;

**III** – decorrido o prazo de 120 (cento e vinte) dias sem deliberação pela Câmara, as Contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do Parecer do Tribunal de Contas;

**IV** – rejeitadas as Contas, serão estas, imediatamente, remetidas ao Ministério Público para fins de direito.

**Art. 29** – A Prestação de Contas do Presidente da Câmara, que é anual, deverá ser encaminhada ao Tribunal de Contas até 31 (trinta e um) de março.

**Art. 30** – Para deliberação sobre as contas do Prefeito, a Câmara Municipal terá prazo de 90 (noventa) dias, contados do dia do recebimento do Parecer do Tribunal de Contas.

**Art. 31** – Rejeitadas as Contas do Prefeito, serão imediatamente remetidas ao Ministério Público, para os devidos fins.

## CAPITULO V

### DA RENÚNCIA E DA RESTITUIÇÃO DA MESA DIRETORA

**Art. 32** – A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa Diretora dar-se-á por ofício a ela dirigido e se efetivará, independentemente de deliberação do Plenário, a partir do momento em que for lida em Reunião.

**Parágrafo Único** – Em caso de renúncia coletiva de toda a Mesa Diretora, o ofício respectivo será levado ao conhecimento do Plenário.

**Art. 33** – Qualquer membro da Mesa Diretora poderá ser destituído pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, quando:

**I** - Faltoso, omissivo ou comprovadamente ineficiente no desempenho de suas atribuições;

**II** - Infringir qualquer das proibições estabelecidas nos artigos da Lei Orgânica;

**III** - Exorbitar das atribuições a ele conferidas por este Regimento;

**IV** - Faltar com o decoro parlamentar, com o qual são incompatíveis.



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

- Municipal;
- a) O abuso das prerrogativas asseguradas a membros da Câmara
  - b) A percepção de vantagens indevidas.

## TITULO III DO PLENÁRIO CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 34** – O Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara Municipal, constituído pela Reunião dos Vereadores em exercício, em local, forma e neste Regimento.

§ 1º - O local é o recinto de sua rede.

§ 2º - A forma legal para deliberar é a Reunião regida pelos dispositivos referentes à matéria, estatuídos em Lei ou neste Regimento.

§ 3º - O número é o “quorum” determinado em Lei ou mesmo neste Regimento, para a realização das Reuniões e para as deliberações.

**Art. 35** – As deliberações do Plenário serão tomadas:

I – por maioria simples de votos;

II – por maioria absoluta de votos;

III – por 2/3 (dois terços) dos votos da Câmara Municipal.

§ 1º - A maioria simples é a que representa maior resultado de votação, dentre os presentes.

§ 2º - A maioria absoluta é a que representa mais da metade dos Membros da Câmara.

§ 3º - As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples de votos, ressalvando o disposto no artigo seguinte.

**Art. 36** – O Plenário deliberará:

I – por maioria absoluta, sobre:

- a) Regimento Interno da Câmara Municipal;
- b) Eleição dos Membros da Mesa Diretora;
- c) Criação de Cargos no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal;
- d) Realização de Reunião Secreta;
- e) Aprovação de Projetos de Lei que tenham sido objeto de veto;
- f) Fixação do subsídio do Vereador;
- g) Cessão da Sala de Reuniões da Câmara Municipal;
- h) A criação de Cargos, Funções e Empregos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e demais órgãos controlados pelo Poder Público.
- i) Transferência de sede da Câmara Municipal, nos termos do § 3 do art. 1º deste Regimento Interno.



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

**II-** por maioria absoluta com a presença de 2/3 (dois terços) de seus membros:

- a) Outorga de concessão, permissão ou autorização de serviços públicos;
  - b) Outorga do direito real de concessão de uso de bens imóveis do Município;
  - c) Aquisição de bens imóveis pelo Município, com encargos;
  - d) Autorização para contratação de empréstimos de particular inclusive para as Autarquias, Fundações e demais órgãos controlados pelo Poder Público;
  - e) Matéria Tributária: Impostos, Taxas, Tarifas e outros Tributos;
  - f) Códigos de Obras e Edificações e outros códigos;
  - g) Estatuto dos Servidores Municipais e Fundo de Pensão dos Servidores;
  - h) Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual a Lei Orgânica Municipal;
  - i) Alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos;
  - j) Criação, organização e supressão de Distritos e Sub-Distritos e divisão do território do Município em áreas administrativas;
- D)incorporação ou desincorporação de áreas ao Município ou do Município respectivamente;
- m) isenções de impostos municipais;
  - n) todo e qualquer tipo de anistia;
  - o) Plano Diretor do Município.

**III** – pelo voto favorável de 2/3 (dois terços) dos Membros da Câmara Municipal.

- a) Perda do mandato de Vereador;
- b) Destituição de membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal;
- c) Concessão de Títulos Honoríficos ou qualquer honraria ou homenagem;
- d) Representação contra o Prefeito, o Vice-Prefeito, Secretários Municipais e ocupantes de cargos da mesma natureza, pela prática de crime contra a administração pública;
- e) Rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas, sobre as Contas do Prefeito Municipal;
- f) Emendas à Lei Orgânica do Município;
- g) Alienação de Bens Imóveis do Município;
- h) Realização de Plebiscito.

**Parágrafo Único** – Nas deliberações do Plenário o voto será público, exceto nos casos de:

- I** – perda do mandato de Vereador, Prefeito e Vice-Prefeito;
- II** – Vetos.



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

## CAPITULO II

### DA UTILIZAÇÃO DO PLENÁRIO

**Art. 37** – Durante as Reuniões, somente Vereadores, Funcionários específicos do recinto, Membros de Órgãos de Comunicação Social credenciados pela Mesa Diretora e, portanto, com crachá de identificação, estarão autorizadas a permanecer no recinto do Plenário; estarão dispensadas da identificação por crachá, autoridades convidadas pela Mesa Diretora ou pela Câmara Municipal, para qualquer evento.

§ 1º - É proibido fumar em todas as dependências do Plenário; para tal, serão afixadas placas identificadas desta proibição.

§ 2º - A convite da Presidência, por iniciativa própria ou sugestão de qualquer Vereador, poderão assistir aos trabalhos, no recinto do Plenário, autoridades federais, estaduais e municipais, personalidades homenageadas e representantes da imprensa escrita, falada e televisiva, que terão lugar reservado para este fim.

§ 3º - A saudação oficial ao visitante será feita, em nome da Câmara, pelo Vereador que o Presidente designar para essa atribuição.

§ 4º - Os visitantes poderão discursar para a saudação que lhes for feita.

**Art. 38** – A Tribuna da Câmara poderá ser utilizada por representantes credenciados de partidos políticos, de entidades ou movimentos devidamente registrados, observados os requisitos e condições estabelecidos nas disposições seguintes:

**I** – fica criada, na Câmara Municipal, a Tribuna Livre, que funcionará às primeiras segundas-feiras de cada período legislativo, logo após a Ordem do Dia, com duração máxima de 20 (vinte) minutos.

**II** – a Tribuna Livre só poderá funcionar nos dias em que ocorrer Reuniões Ordinárias;

**III** – a inscrição dos interessados será feita em livro próprio, no decorrer da semana, imediatamente anterior, observado o horário de funcionamento da Câmara Municipal;

**IV** – no ato da inscrição, o interessado deverá mencionar, obrigatoriamente, o assunto a ser debatido;

**V** – caberá ao Presidente proceder à distribuição, a cada Vereador, da relação dos oradores, inscritos, devidamente acompanhada da matéria a ser discutida, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas;

**VI** – o orador deverá usar a Tribuna somente para abordar o assunto ao qual se inscreveu, sendo obrigatória a interferência da Mesa Diretora, no caso de desvio do assunto registrado;

**VII** – o orador, decentemente trajado e sem nenhum indício de anormalidade, deverá usar linguagem compatível com a Câmara e sob a direção da Presidência da Mesa;

**VIII** – é de 20 (vinte) minutos improrrogáveis, desde que não haja outro inscrito, ou havendo, com a anuência deste, o tempo de que dispõe o orador para uso da palavra,





# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

permitindo-se, neste prazo, a intervenção da Mesa ou de qualquer dos Vereadores, para indagações ou respostas às questões em pauta;

**IX** – serão aceitos 2 (dois) oradores, por vez, obedecida, rigorosamente, a ordem de inscrição;

**X** – o orador que fizer uso da palavra só poderá voltar à Tribuna Livre após 30 (trinta) dias, a contar da data de sua atuação;

**XI** – o orador, responderá, em todas as instâncias, pelos conceitos que emitir na Tribuna Livre;

**XII** – o orador não poderá ofender a instituição Câmara Municipal e nenhum de seus membros, e perderá o direito de voltar à Tribuna Livre, no caso de descumprimento deste dispositivo;

**XIII** – o Presidente da Câmara poderá indeferir o uso da Tribuna, quando a matéria não disser respeito, direta ou indiretamente, ao Município;

**XIV** – ficará sem efeito a inscrição, no caso de ausência da pessoa chamada, que não poderá ocupar a tribuna, a não ser mediante nova inscrição, de acordo com o disposto no inciso X deste parágrafo;

**XV** – a exposição do orador deverá ser entregue à Mesa, por escrito, para efeito de encaminhamento a que de direito, a critério do Presidente;

**XVI** – poderá fazer uso da palavra 1 (um) Vereador de cada partido, após a exposição do orador inscrito, pelo prazo de 5 (cinco) minutos improrrogáveis,

**XVII** – nas primeiras segundas-feiras, havendo Tribuna Livre, não haverá o Grande Expediente.

**Art.39** – É facultada a cessão da Sala de Reuniões da Câmara Municipal, nos seguintes casos:

- I - Aos Partidos Políticos, quando de suas convenções ou atividades afins;
- II - Ao Executivo Municipal;
- III - Para a realização de Congressos, Seminários ou Conclaves, cujo interesse público se configure;
- IV - Às Entidades, Associações e Sindicatos, desde que oficialmente reconhecidos;
- V - Fica vedada a cessão da Câmara Municipal para eventos que exijam procedimentos técnico-científico, incompatíveis com as dependências do Legislativo.

**§ 1º** - As hipóteses previstas nos incisos I, II, III e IV deste artigo obedecerão ao disposto na alínea “g” do inciso I, do artigo 36, salvo em recesso da Câmara, hipótese em que será de competência da Mesa Diretora cessão ou não da Sala de Reuniões.

**§ 2º** - Apresentado o ofício à Mesa, pelo interessado, com antecedência mínima de 3 (três) dias, o pedido deverá ser deliberado em regime de urgência.

**§ 3º** - Será de inteira responsabilidade da Entidade solicitante a guarda e conservação do recinto da Câmara, inclusive quanto ao cumprimento do horário estipulado, sendo que a Casa designará funcionário encarregado e autorizado a fiscalizar o cumprimento das condições estabelecidas neste Regimento.



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

§ 4º - O responsável pela Entidade solicitante assinará termo de responsabilidade com relação ao salão e a todos os seus equipamentos, não se eximindo de responsabilidade civil.

§ 5º - Qualquer dano material ocorrido quando do uso do salão de reunião será ressarcido pela Entidade responsável, no prazo de 15 (quinze) dias, e, caso a Entidade se negar a cumprir esta determinação, ser-lhe-á vedado novo empréstimo do salão, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

§ 6º - Durante os períodos de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, o Plenário da Câmara somente poderá ser cedido nos seguintes horários:

- a) De segunda a quinta-feira, das 08:00 às 15:00 horas;
- b) Às sextas-feiras, a partir das 16:00 horas.

## CAPÍTULO III

### DOS LÍDERES E VICE-LÍDERES

**Art. 40** – Líder é o porta-voz autorizado da maioria, minoria, representantes partidários e blocos parlamentares que participam da Câmara Municipal.

§ 1º - A indicação dos Líderes será feita à Mesa da Câmara, em documento subscrito pelos membros das representações majoritárias, minoritárias, blocos parlamentares ou partidos políticos, após a instalação do primeiro período legislativo anual.

§ 2º - A maioria, minoria, representações, partidárias e blocos parlamentares poderão, a qualquer tempo, modificar seus Líderes, devendo ser feita a respectiva comunicação à Mesa.

§ 3º - Os Líderes indicarão os respectivos Vice-Líderes, dando conhecimento à Mesa dessa designação.

§ 4º - Ausente ou impedido o Líder, suas atribuições serão exercidas pelos Vice-Líderes.

§ 5º - Enquanto não for feita a indicação, considerar-se-á Líder o Vereador mais idoso da Bancada.

§ 6º - Cada Vereador poderá participar de apenas um bloco parlamentar.

**Art. 41** - No início de cada Sessão Legislativa, o Prefeito comunicará à Câmara, em ofício, o nome de seu Líder.

**Art. 42** – Os Líderes, além de outras atribuições que lhe são conferidas neste Regimento Interno, devem indicar à Mesa os nomes dos Vereadores para comporem as diversas Comissões da Câmara, dando, a cada um, o seu Suplente.

**Art. 43** – É facultado ao Líder, em qualquer momento da Reunião, usar da palavra por tempo não superior a 5 (cinco) minutos, para tratar de assuntos que, por sua relevância e urgência, interessem à Câmara, ou para responder a críticas dirigidas ao bloco parlamentar a que pertença, salvo quando estiver procedendo à votação ou se houver orador na Tribuna.

**Art. 44** – A Reunião de Líderes, para tratar de assunto de interesse geral, realizar-se-á por proposta de qualquer deles.



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

**Art. 45** – A Reunião de Líderes com a Mesa, para tratar de assunto de interesse geral, far-se-á por iniciativa do Presidente da Câmara.

## TÍTULO IV

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 46** – Os Vereadores são agentes políticos, investidos do mandato legislativo municipal para uma legislatura, pelo sistema partidário e de representação proporcional, por voto secreto e direto.

**Art. 47** – Os Vereadores tomarão posse nos termos do art. 5º deste Regimento.

§ 1º - Os suplentes, quando convocados, deverão tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias, da data do recebimento da convocação.

§ 2º - Tendo prestado compromisso uma vez, fica o Suplente de Vereador dispensado de novo compromisso em convocações subsequentes; a comprovação de desincompatibilidade e a declaração pública de bens serão sempre exigidas.

§ 3º - Verificadas as condições de existência de vaga ou licença de Vereador, a apresentação do diploma e a demonstração de identidade, cumpridas as exigências legais, não poderá o Presidente negar posse ao Vereador ou Suplente, sob nenhuma alegação, salvo a existência de caso comprovado de extinção de mandato.

### CAPÍTULO II

#### DAS GARANTIAS E PRERROGATIVAS

**Art. 48** – Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na sua circunscrição do Município.

§1º - Os Vereadores não serão obrigadas a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou delas receberam informações.

§ 2º - Poderá o Vereador, mediante licença da Câmara Municipal, desempenhar missões temporárias de caráter diplomático ou cultural.

**Art. 48** – No exercício de seu mandato, o Vereador terá livre acesso às repartições públicas municipais e às áreas sob jurisdição municipal onde se registre conflito ou interesse público esteja ameaçado.

**Parágrafo Único** – O Vereador poderá diligenciar, inclusive, com acesso a documentos, junto a órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, devendo ser atendido pelos respectivos responsáveis, na forma da lei.

### CAPÍTULO III

#### DOS IMPEDIMENTOS



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

**Art. 50** – Os Vereadores não poderão:

**I** – desde a expedição do diploma:

- a)** Firmar ou manter contrato com o Município, com suas Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista ou com Empresas Concessionárias de Serviço Público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- b)** Aceitar cargo, função ou emprego no âmbito da Administração Pública direta ou indireta Municipal, salvo por aprovação em concurso público;

**II** – desde a posse:

- a)** Ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública direta ou indireta do Município, de que seja exonerável “ad nutum”, salvo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, bem como de Ministro da República, Secretário de Estado ou Secretário Adjunto de Estado, Administrador Regional Estadual, Chefe de Missão Diplomática temporária, Diretor de Autarquia em âmbito Federal, Estadual ou em outro Município de Federação, desde que se afaste do exercício da vereança;
- b)** Exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;
- c)** Ser proprietário, controlador ou Diretor da empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoas jurídicas de direito público municipal, ou nela exercer função remunerada;
- d)** Patrocinar causas junto ao Município, em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea “a” do inciso I;

## TÍTULO IV

### DOS DEVERES DO VEREADOR

**Art. 51** – São deveres do Vereador:

**I** - Comparecer no dia, hora e local designados para a realização das Reuniões da Câmara, justificando-se á Mesa, por escrito, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, pelo não comparecimento;

**II** - Não se eximir de trabalho algum, relativo ao desempenho do mandato, cumprindo os deveres e tarefas para as quais for eleito ou oficialmente designado;

**III** - Dar, nos prazos regimentais, informações, pareceres ou votos de que for incumbido, comparecendo e tomando parte das reuniões da Comissão a que pertencer;

**IV** - Propor ou levar ao conhecimento da Câmara medida que julgar conveniente ao Município, à segurança e ao bem-estar dos munícipes, denunciando a que lhe pareça prejudicial ao interesse público;

**V** - Tratar respeitosamente a Mesa e os demais membros e funcionários da Câmara;

**VI** - Comparecer às Reuniões Plenárias, apresentando-se de modo compatível aos usos e costumes parlamentares.

## CAPÍTULO V



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

## DAS FALTAS E LICENÇAS

**Art. 52** – Será atribuída falta ao Vereador que não comparecer às Reuniões Plenárias, salvo motivo justo.

§ 1º - Para efeito de justificação das faltas, consideram-se motivos justos: doença, nojo, gala, paternidade ou viagem administrativa, bem como o desempenho de missões oficiais da Câmara Municipal.

§ 2º - A justificação das faltas far-se-á, de forma fundamentada, por ofício ao Presidente da Câmara Municipal, ou oral, no Plenário, constando em ata.

**Art. 53** – Ao Vereador que for atribuída falta por não comparecimento à Reunião Ordinária da Câmara, sem justificação, será descontado 1/30 (um trinta avos) de sua remuneração por sua ausência.

**Parágrafo Único** – A remuneração básica para o cálculo do desconto previsto no “caput”, será sempre a do mês que o mesmo for efetivado.

**Art. 54** – O Vereador poderá licenciar-se para:

I – tratar de assuntos particulares por prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias;

II – tratamento de saúde ou maternidade.

§ 1º - A licença efetivar-se-á através de comunicação subscrita pelo vereador e dirigida ao Presidente, que dela dará conhecimento imediatamente ao Plenário.

§ 2º - No caso do inciso I, a licença será sem remuneração e não poderá ultrapassar 120 (cento e vinte) dias por Sessão Legislativa.

§ 2º - No caso do inciso I, a licença será sem remuneração e não poderá ultrapassar 03 (três) anos durante o mandato do vereador. (Vigente Alterado pela Resolução 005/2005)

§ 3º - No caso do inciso II, a comunicação de licença será instruída com atestado médico.

§ 4º - A licença efetivar-se-á a partir da leitura da comunicação em Plenário, ressalvada a hipótese de ocorrer durante o recesso parlamentar, quando se dará a partir da ciência da Mesa Diretora.

§ 5º - Encontrando-se o Vereador impossibilitado, física ou mentalmente, de subscrever comunicação de licença para tratamento de saúde, caberá ao Presidente da Câmara Municipal declará-lo licenciado, mediante comunicado com atestado médico.

§ 6º - É facultado ao Vereador prorrogar ao seu tempo de licença, por meio de nova comunicação, observado o disposto no § 2º.

§ 7º - A licença para tratamento de saúde terá a duração igual ao período que consta no atestado médico, podendo ser renovada quantas vezes necessário.

**Art.55** – Efetivada a licença, o Presidente convocará o respectivo Suplente.

**Parágrafo Único** – Na falta do Suplente, o Presidente fará a devida comunicação à Justiça Eleitoral.

## CAPÍTULO VI

### DA VACÂNCIA E DA SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DO MANDATO



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

**Art. 56** – A vacância, na Câmara, verifica-se:

- I - Por morte;
- II - Por perda ou extinção do mandato;
- III - Por perda ou extinção do mandato.

**Art. 57** – Considera-se extinto o mandato nos seguintes casos:

I - Do Vereador que não prestar compromisso na forma e no prazo previsto neste Regimento Interno;

II - Do Suplente que, convocado, não entrar no exercício do mandato nos termos deste Regimento, salvo justificativa, que será submetida a Plenário.

**Parágrafo Único** – A vacância, nos casos de renúncia, será declarada pelo Presidente, em Plenário, durante a Reunião.

**Art. 58** – A renúncia do mandato deve ser manifestada por escrito, ao Presidente da Câmara, e tornar-se-á efetiva e irretratável depois da lida na Primeira Parte da Reunião e publicada em Diário Oficial.

**Art. 59** – Perderá o mandato o Vereador:

- I - Que infringir proibição estabelecida no art. 50 deste Regimento Interno;
- II - Que se utilizar do mandato para a prática de corrupção ou de improbabilidade administrativa;
- III - Que fixar residência fora do Município;
- IV - Que perder ou tiver suspensos seus direitos públicos;
- V - Quando decretar a justiça eleitoral;
- VI - Que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;
- VII - Que deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa, à terça parte das Reuniões Ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;
- VIII - Que proceder de modo incompatível com o decoro parlamentar.

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar:

- a) O abuso de prerrogativa assegurada ao Vereador;
- b) O descumprimento dos deveres inerentes ao mandato, inclusive, a ausência a mais da metade das Reuniões Extraordinárias realizadas no ano;
- c) A prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes;
- d) A prática de ato que afete a dignidade da investidura.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II, III e VIII deste artigo, a perda do mandato será decidida pela Câmara, por voto secreto e maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros, mediante provocação da Mesa ou por iniciativa de qualquer dos Vereadores.

§ 3º - Nos casos dos incisos IV, V e VII, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou por provocação de qualquer de seus membros.

§ 4º - No caso do inciso VI, a perda será decidida, se culposo o crime, na forma do § 2º, e declarada, se doloso o crime, nos termos do § 3º.

**Art. 60** – Nos casos em que a perda será decidida, se culposo o crime, na forma do § 2º, e declarada, de doloso o crime, nos termos do § 3º.



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

§ 1º - A denúncia, escrita e assinada, conterà a exposição dos fatos e a indicação das provas.

§ 2º - De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira reunião subsequente, determinará sua leitura e constituirá Comissão Processante, formada por 5 (cinco) Vereadores, 4 (quatro) dos quais eleitos pelo Plenário por maioria simples, entre os desimpedidos e mais 1 (um) membro da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que será Relator.

§ 3º - Se o Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação estiver impedido de compor a Comissão Processante, substituí-lo-á outro membro desta, com preferência para o mais idoso, dentre os de maior número de Legislaturas.

§ 4º - Recebida e processada na Comissão, será fornecida cópia da denúncia ao Vereador, que terá o prazo de 10 (dez) dias para oferecer defesa escrita e indicar provas.

§ 5º - Não oferecida a despesa, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo para fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 6º - Oferecida a defesa, a Comissão, no prazo de 5 (cinco) dias, procederá à instituição probatória e proferirá, pelo voto da maioria de seus membros, parecer concluindo pela apresentação de Projeto de Resolução de perda de mandato, se procedente a denúncia, ou por seu arquivamento e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de Reunião para julgamento, que se realizará após a publicação em Diário Oficial, a distribuição em avulso e a inclusão, em Ordem do Dia, do parecer.

§ 7º - Na reunião do Julgamento, o processo será lido integralmente, e a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão usar da palavra pelo tempo máximo de 10 (dez) minutos cada um, após o que poderão deduzir suas alegações, por até 1 (uma) hora cada, o Relator da Comissão Processante e o denunciante ou seu procurador, bem como o denunciado ou seu procurador.

§ 8º - Em seguida, o Presidente da Câmara submeterá à votação. Por escrutínio secreto, o Parecer da Comissão Processante.

§ 9º - Concluída a votação, o Presidente proclamará o resultado, e, se houver condenação pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, promulgará imediatamente a Resolução de cassação do mandato, ou, se o resultado for absolutório, determinará o arquivamento do processo.

§ 10º - O processo deverá estar concluído dentro de 30 (trinta) dias úteis, contados da citação do denunciado, podendo o prazo, por decisão da maioria dos membros da Comissão, ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias úteis, funcionando a Câmara em Reunião Legislativa Extraordinária nos dias daquele prazo não destinado a períodos de Reuniões, findo o prazo, sem julgamento do feito, o mesmo será levado a Plenário, que decidirá por um novo prazo, improrrogável para conclusão do processo.

§ 11º - Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, o Plenário deliberará sobre a absolvição ou punição do denunciado.

**Art. 61** – Não perderá o mandato o Vereador:

**I** - Investido em cargo de Ministro da República, Secretário de Estado ou Secretário Adjunto de Estado, Administrador Regional Estadual, Chefe de Missão Diplomática temporária, Secretário Municipal ou Diretor equivalente, Diretor de Autarquia ou Fundação



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

de âmbito Federal, Estadual ou em outro Município da Federação, desde que se afaste do exercício da Vereança;

**II** - Licenciado nos termos do art. 54.

§1º - O Suplente será convocado nos casos de vacância, de investidura em cargo mencionado no artigo de licença.

§ 2º - Na hipótese do inciso I, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

§ 3º - O Vereador que se afastar do exercício do mandato para ser investido em cargo ou na missão de que trata o inciso I do artigo, bem como ao reassumir suas funções, deverá fazer comunicação escrita à Mesa.

**Art. 62** – Suspende-se o exercício do mandato de Vereador:

**I** - Pela decretação judicial de prisão preventiva;

**II** - Pela prisão em flagrante delito;

**III** - Pela imposição de prisão administrativa.

## Seção I

### Das Penalidades

**Art. 63** – O Vereador que descumprir os deveres decorrentes do mandato, ou praticar ato que afete a dignidade da investidura, estará sujeito a processo e a penalidades previstos neste Regimento.

**Parágrafo Único** – Constituem-se penalidades:

- |             |   |
|-------------|---|
| <b>I-</b>   | Censura;  |
| <b>II-</b>  | Impedimento temporário do exercício do mandato não inferior a 30 (trinta) dias; |
| <b>III-</b> | Perda do mandato.   |

**Art. 64** – O Vereador acusado de prática de ato que ofenda a sua honorabilidade, poderá requerer ao Presidente da Câmara ou de Comissão que mandei apurar a veracidade da arguição e, provada a improcedência, imponha o Vereador ofensor a penalidade regimental cabível.

**Parágrafo Único** – O Vereador ofensor que não tiver comprovado suas acusações, será enquadrado nos incisos II e III do Parágrafo Único do Art. 63.

**Art. 65** – A censura será verbal ou escrita.

§1º - A censura verbal é aplicada em Reunião, pelo Presidente da Câmara ou de Comissão, ao Vereador que:

**I** – deixar de observar, salvo motivo justificado, os deveres decorrentes do mandato ou os preceitos deste Regimento;





# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

**II** – perturbar a ordem ou praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta no recinto da Câmara ou em suas demais dependências.

§ 2º - A censura escrita será imposta pela Mesa da Câmara ao Vereador que:

**I** – reincidir nas hipóteses previstas no parágrafo anterior;

**II** – usar, em discurso ou proposição, expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

**III** – praticar ofensas físicas ou morais em dependências da Câmara ou desacatar, por atos ou palavras, outro Vereador, a Mesa ou Comissão, e respectivas Presidências, ou o Plenário.

**Art. 66** – Considera-se incurso na sanção de impedimento temporário do exercício do mandato o Vereador que:

**I** – reincidir nas hipóteses previstas no §2º do artigo anterior;

**II** – praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos deste Regimento.

**Parágrafo Único** – Nos casos indicados nos artigos 65 e 66, a penalidade será aplicada pelo Plenário, assegurada ao infrator ampla defesa.

## Seção II

### Da Convocação de Suplente

**Art. 67** – A Mesa convocará, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o Suplente de Vereador, nos casos de:

**I** – ocorrência de vacância, impedimento e suspensão;

**II** – investidura do titular em cargo ou função indicados no inciso I do Art. 61;

**III** – licença conforme art. 54, incisos I e II, estendendo-se a convocação por todo o período de licença e suas prorrogações;

**IV** – licença para tratamento de saúde do titular, quando igual ou superior a 30 (trinta) dias.

**Art. 68** – O Suplente de Vereador, quando convocado em caráter de substituição, não poderá ser eleito para os cargos da Mesa Diretora da Câmara, nem de Presidente ou Vice-Presidente de Comissão.

## CAPITULO VII

### DO SUBSÍDIO

**Art. 69** – O subsídio dos Vereadores será fixado por Resolução, na razão de, no máximo, 40% (quarenta por cento), daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais, observado o que dispõem os arts. 39 - §4º, 57 - §7º, 150 – II, 153 – III e 153 - §2º - I, da Constituição Federal, com as alterações das Emendas Constitucionais nº 19 e 25.

**Parágrafo Único** – O pagamento do subsídio corresponderá ao comparecimento efetivo do Vereador às reuniões e à participação nas votações.

**Art. 70** – O subsídio será:

**I** – integral, para o Vereador;

**a)** No exercício do mandato;



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

b) Quando licenciado na forma do inciso II do art. 54 ou se enquadrar na exceção do § 2º do art. 61;

c) Quando licenciado por motivo de doença;

d) Suplente, quando convocado para o exercício do mandato.

**Parágrafo Único** – O não comparecimento do Vereador à Reunião Ordinária implica a perda do direito à percepção do valor correspondente de sua remuneração mensal, salvo se a Mesa Diretora aceitar a justificativa da ausência, nos termos dos §§1º e 2º do art. 52.

## TÍTULO V

### DAS COMISSÕES

#### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 71** – Comissões são órgãos técnicos, constituídos pelos membros da Câmara Municipal, em caráter permanente ou temporário, e destinados a proceder estudos, realizar investigações e representar a Câmara Municipal.

**Art. 72** - As Comissões da Câmara Municipal são:

**I** – permanentes as que subsistem da Legislatura;

**II** – temporárias, as que se extinguem com o término da legislatura ou antes dela, se atingido o fim para a qual foram criadas.

**Art. 73** – A composição das Comissões Permanentes será feita de comum acordo pelos líderes, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional dos blocos parlamentares.

§ 1º - na constituição das Comissões Permanentes, para efeito de composição, figurará sempre o nome do Vereador efetivo, ainda que licenciado.

§ 2º - os membros de cada Comissão Permanente terão um mandato equivalente a uma Sessão Legislativa, permitida a recondução.

**Art. 74** – Após 5 (cinco) dias do início de cada Sessão Legislativa, não havendo acordo, proceder-se-á à escolha dos membros das Comissões Permanentes através de eleição, votando cada Vereador em uma única chapa, em cada escrutínio, considerando-se eleita a chapa mais votada.

§ 1º - Proceder-se-á a tantos escrutínios quantos forem necessários, para completar o preenchimento de todos os lugares de cada Comissão.

§ 2º - Havendo empate, considerar-se-á eleito o Vereador do partido que resguardar a proporção partidária ou de bloco parlamentar.

§ 3º - Se os empatados se encontrarem em igualdade de condições, será considerado eleito o mais idoso.

**Art. 75** – A votação para a constituição de cada uma das Comissões Permanentes se fará mediante voto aberto, devendo cada Vereador anunciar a chapa de sua escolha.



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

**Art. 76** – Haverá um suplente para os membros efetivos das Comissões Permanentes, no escrutínio indicado nos termos do art. 73 ou eleitos conforme o disposto no art. 74.

**Parágrafo Único** – O Suplente substituirá o membro efetivo em suas faltas e impedimentos.

**Art. 77** – As Comissões da Câmara, Permanentes e Temporárias, compõem-se de 3 (três) membros, salvo a de Representação que se constitui com qualquer número, a de Julgamento do Prefeito que contará com 5 (cinco) membros e aquelas cujo número esteja especificado em Lei e neste Regimento.

## CAPITULO II

### DAS COMISSÕES PERMANENTES

**Art. 78** – Durante a Legislatura funcionarão as seguintes Comissões Permanentes:

**I** – de Legislação, Justiça e Redação;

**I** – Legislação, Finanças, e Redação Final (Vigente Alterado pela Resolução 001/2005)

**II** – de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira;

**II** – Educação, Saúde Pública, Cidadania e Bem Estar Social (Vigente Alterado pela Resolução 001/2005)

**III** – de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer;

**III** – Urbanismo, Comercio e Defesa do Consumidor. (Vigente Alterado pela Resolução 001/2005)

**IV** – de Saúde Pública, Trabalho e Bem-Estar Social;

**V** – de Urbanismo, Transporte, Trânsito e Meio-Ambiente;

**VI** – de Abastecimento, Indústria, Comércio, Agropecuária e Defesa do Consumidor;

**VII** – de Direitos Humanos e Cidadania.

**Art. 79** – Ao mesmo Vereador será permitido participar no máximo de 2 (duas) Comissões Permanentes, como membro efetivo, podendo participar em outras como Suplente.

### Seção I

#### Da Competência das Comissões Permanentes

**Art. 80** – Compete às Comissões Permanentes, além das atribuições definidas no Art. 71:

**I** - Apresentar proposições à Câmara Municipal;

**II** - Discutir e da Parecer conclusivo da maioria dos seus membros, às proposições a **ecas** submetidas;

**III** - Estudar proposições e outras matérias submetidas ao seu exame, dando-lhes parecer e oferecendo-lhes substitutivos ou emendas, quando julgar oportuno;

**IV** - Promover estudos, pesquisas e investigações sobre questões de interesse público relativos à sua competência;

**V** - Promover audiências públicas com setores da Sociedade Civil;



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

**VI - Ater-se à matéria da Comissão.**

**Art. 81 – É competência específica:**

**I – da Comissão de Legislação, Justiça e Redação:**

- a) Opinar sobre o aspecto constitucional, legal e regimental das proposições, as quais não poderão tramitar na Câmara Municipal sem seu parecer, salvo nos casos expressamente previstos neste Regimento Interno;
- b) Preparar a redação final das proposições aprovadas;
- c) Desincumbir-se de outras atribuições que lhe confere o Regimento Interno;
- d) Solicitar assessoria da Casa para a redação definitiva dos Projetos e proposições sujeitos à votação final do Plenário.

**I – Da Comissão de Legislação, Finanças e Redação Final: (Vigente Alterado pela Resolução 001/2005)**

- a) Opinar sobre o aspecto constitucional, legal e regimental das proposições, as quais não poderão tramitar na Câmara Municipal sem seu parecer, salvo nos casos expressamente previstos neste Regimento Interno;
- b) Opinar sobre proposição relativas a:
  - 1) Matéria tributária abertura de créditos empréstimos públicos, dívida pública e outras que direta ou indiretamente alteram a despesa ou receita do município ou acarretam a responsabilidade para erário municipal.
  - 2) Proposta orçamentária do município, fixação dos servidores e tomada de contas do prefeito municipal; (Vigente Alterado pela Resolução 001/2005)

**II – da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira:**

- a) Opinar sobre proposições relativas a:
  - 1 – matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município ou acarretem responsabilidade para o erário municipal;
  - 2 – proposta orçamentária do Município;
- b) Opinar sobre proposição de fixação da remuneração dos Servidores;
- c) Opinar sobre o processo de tomada ou prestação de Contas do Prefeito Municipal.

**II – Da Comissão de Educação, Saúde Pública, Cidadania e Bem-Estar Social:**

- a) Opinar sobre proposições relativas a:
  - 1) Educação, ensino, convênios escolares, artes, patrimônio histórico, cultura, turismo, esporte, ciência, tecnologia, denominação de logradouro, higiene e saúde pública, profilaxia sanitária, bem-estar social. Plano diretor, cadastro territorial, obras e serviços públicos, venda, hipoteca, permuta, seção ou permissão de uso e outorga do direito real de concessão de uso de bens imóveis de propriedades do município;



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

2) Serviços de utilidades pública, autarquias, urbanização controle de poluição, preservação de áreas verdes. (Vigente Alterado pela Resolução 001/2005).

**III** – da Comissão de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer:

a) Opinar sobre proposição relativas a:

I – educação, ensino, convênios escolares, artes, patrimônio histórico, cultura e comunicação;

2) atribuição e alteração de denominação de logradouro público;

3) turismo, esportes e carnaval;

4) ciência e tecnologia.

b) participar das conferências municipais de educação e de desporto

**III** – Da Comissão de Urbanismo, Comercio e Defesa do Consumidor:

a) **Opinar sobre proposição relativas a:**

**1 – Economia, produção agrícola, comercio e industria agropecuária, direitos do consumidor, violência urbana, direito do idoso, da criança e do adolescente, relações humanas, sistema penitenciário e egresso, político social e publica.** (Vigente Alterado pela Resolução 001/2005)

**IV** – da Comissão de Saúde Pública e Bem-Estar Social:

a) Opinar sobre proposições relativas a:

I) Higiene e saúde pública.

**Art. 82** – Nos 3 (três) dias seguintes à sua constituição, reunir-se-á a Comissão, sob a Presidência do mais idoso de seus componentes, para eleger o Presidente, escolhido entre os membros efetivos.

**Parágrafo Único** - Até que se realize a eleição do Presidente, o cargo será exercido pelo Vereador mais idoso.

**Art. 83** – O Presidente é substituído, em sua ausência, pelo mais idoso dos membros presentes.

**Art. 84** – Ao Presidente da Comissão compete:

**I** – dirigir as Reuniões de Comissão, do ofício ou Requerimento de um de seus membros;

**II** – convocar Reunião de Comissão, ofício ou requerimento de um de seus membros;

**III** – Fazer ler Ata da Reunião anterior, submetê-la à discussão e depois de aprovada, assiná-la com membros presentes;

**IV** – dar conhecimento à Comissão, de matéria recebida;

**V**- designar relator;

**VI** – conceder a palavra ao membro da Comissão que solicitar;

**VII** – interromper o orador que estiver falando sobre matéria vencida;

**VIII** – submeter à matéria a votos, terminada a discussão, e proclamar o resultado;



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

**IX** – conceder “vista” de proposição a membro de Comissão;

**X** – enviar a matéria conclusa à Diretoria de Legislativo;

**XI** – resolver as questões de ordem;

**XII** – encaminhar a Mesa, ao fim da Sessão Legislativa, relatório das atividades da Comissão;

**Art. 85** – O Presidente pode funcionar como relator e tem voto nas deliberações da Comissão;

§ 1º - Em caso de empate, repete-se a votação e, persistindo o resultado, o Presidente decidirá pelo voto de qualidade.

§ 2º - O autor da proposição não poderá ser designado seu Relator, emitir voto nem presidir a Comissão, quando na discussão e votação da matéria, sendo substituído pelo Suplente.

**Art. 86** – O Presidente, na falta ou impedimento de membro da Comissão, solicitará ao Presidente da Câmara a designação de substituto para o faltoso ou impedido.

**Parágrafo Único** – A substituição ficará sem efeito tão logo reassuma o exercício o Titular da Comissão.

## Sessão III

### Dos Pareceres

**Art. 87** – Parecer é o pronunciamento de Comissões sobre a matéria sujeita ao seu estudo.

**Parágrafo Único** – O Parecer será digitado e constará de 3 (três) partes:

**I** – relatório com e exposição da matéria em exame;

**II** – conclusão do relator, tanto quanto possível sintética, com sua opinião sobre a conveniência da aprovação ou rejeição total ou parcial da matéria e, quando for o caso, oferecendo-lhe substitutivo ou emenda.

**III** – decisão da Comissão, com assinatura dos membros que votaram a favor ou contra.

**Art. 88** – O Parecer da Comissão versa exclusivamente sobre o mérito das matérias submetidas a seu exame, nos termos de sua competência, salvo o da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que deve limitar-se aos aspectos constitucional, legal e regimental das proposições.

**Art. 89** – Os membros das Comissões deverão emitir seu juízo sobre a manifestação do relator mediante voto.

§ 1º - O voto pode ser favorável ou contrário, e, em separado.

§ 2º - O voto do relator não acolhido pela maioria da Comissão constituirá “voto vencido”.

§ 3º - O “voto em separado”, divergente ou não das conclusões do relator, desde que acolhido pela maioria da Comissão, passará a constituir seu relatório.



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

§ 4º - Caso o voto de relator seja vencido e não havendo voto em separado, o Presidente designará um dos membros da Comissão que tenha votado contrariamente ao relator para que redija, em 02 (dois) dias, o voto vencedor.

**Art. 90** – Os Pareceres aprovados pelas Comissões, bem como os votos em separado, deverão ser lidos pelo Secretário, nas Reuniões da Câmara.

**Art. 91** – A simples oposição de assinatura no Relatório, pelo membro da Comissão, sem qualquer outra observação, implica em total concordância do signatário à manifestação do Relator.

**Art. 92** – A Requerimento de Vereador poderá ser dispensado o Parecer de Comissão para proposições apresentadas, exceto:

- I – Projeto de Lei, Emenda à Lei Orgânica, de Resolução e de Decreto Legislativo;
- II – Representação;
- III – Proposição que envolva dúvida quanto ao seu aspecto legal;
- IV – proposição que contenha medida manifestação fora da rotina administrativa;
- V – proposição que envolva aspecto político, a critério da Mesa.

**Parágrafo Único** – O deferimento da dispensa do Parecer implica na obrigação do requerente de fazer a sua leitura, quando de sua discussão.

## Seção IV

### Das Reuniões das Comissões

**Art. 93** – As Comissões Permanentes reunir-se-ão, obrigatoriamente, na sede da Câmara, quando convocadas pelos respectivos Presidentes, de ofício ou a Requerimento da maioria dos seus membros efetivos.

§ 1º - As Reuniões serão públicas, salvo casos especiais, assim considerados por deliberação da maioria.

§ 2º - As Comissões serão secretariadas por funcionários da Câmara, designada pela Diretoria do Legislativo.

§ 3º - Na impossibilidade de se reunir a Comissão, seu Presidente distribuirá as matérias aos respectivos membros, cabendo-lhes, isoladamente, emitir seu Parecer.

**Art. 94** – As Comissões reunir-se-ão com a presença da maioria de seus membros, para estudar e emitir Parecer sobre os assuntos que lhes tenham sido submetidos, na forma deste Regimento, os quais deverão ser apreciados dentro do prazo de 9 (nove) dias úteis, comum aos demais membros, improrrogavelmente, contados da distribuição dos processos aos Presidentes, exceto quanto à Comissão de Redação, que terá o prazo de 3 (três) dias, não correndo tais prazos durante o período de recesso da Câmara, nos termos do § 1º do art. 2º deste Regimento.



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

§ 1º - A Presidência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação notificará o Vereador autor do Projeto ou, quando a autoria for do Executivo, Líder do Governo, da reunião em que será analisada a propositura.

I – na reunião da Comissão de Legislação, Justiça e Redação poderá o autor proceder à sustentação oral quanto à legalidade e a constitucionalidade do seu projeto por 15 minutos.

II – na reunião da Comissão, qualquer Vereador interessado poderá apresentar parecer referente aos aspectos legais da propositura, requerendo ao Presidente da mesma a sua anexação aos autos do processo.

III – qualquer Vereador membro da Comissão de Legislação, Justiça e Redação poderá requerer junto à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal, parecer quanto aos aspectos legais da propositura, fazendo-o juntar aos autos.

§ 2º - Havendo divergência entre os membros das Comissões, os votos deverão ser lançados separadamente, depois de fundamentados.

§ 3º - O Vereador que estiver na Presidência das Comissões reunidas de mérito, notificará o Vereador autor do Projeto ou, quando autoria for do Executivo, o Líder do Governo, da reunião em que será analisada a propositura.

§ 4º - O autor do Projeto, notificado nos termos do parágrafo anterior, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, poderá expor o conteúdo do seu Projeto na reunião respectiva por até 30 (trinta) minutos.

§ 5º - Ao emitir seu voto, o membro da Comissão poderá oferecer emenda, substitutivo, requerer diligência ou sugerir quaisquer outras providências que julgar necessárias.

§ 6º - Será considerado Parecer, o pronunciamento da maioria da Comissão.

§ 7º - O trabalho das Comissões se dividirá em reuniões da Comissão de Legislação, Justiça e Redação e em reuniões das Comissões Reunidas de Mérito.

§ 8º - A Presidência das reuniões será exercida pelos Presidentes das Comissões de mérito em sistema de rodízio de periodicidade mensal.

**Art. 95** – O Relator, designado pelo Presidente da Comissão tem 3 (três) dias para emitir seu voto, cabendo a este substituí-lo, se exceder o prazo fixado.

**Parágrafo Único** – Fica estabelecido o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da entrada do projeto na Secretaria da Câmara, ressalvado o disposto no art. 195, para que esta o distribua a uma das Comissões, salvo prorrogação de até 5 (cinco) dias corridos, que será





# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

concedida pelo Presidente quando se tratar de assunto que exija, pelo seu vulto, serviços materiais impossíveis de serem atendidos nesse prazo.

**Art. 96** – Cabe ao Presidente da Câmara advertir a Comissão que ultrapassar o prazo de que dispõe, encaminhando a matéria à Comissão seguinte ou incluindo-a na Ordem do Dia, decorridas 48(quarenta e oito) horas da advertência feita.

**Parágrafo Único** – Se o termino do prazo fixado no art. 94 ocorrer durante o período de recesso da Câmara, o Presidente poderá deferir o pedido de prorrogação para emissão de Parecer ou voto, ou incluir a matéria na pauta da Ordem do Dia da primeira Reunião subsequente.

**Art. 97** – O projeto, com prazo de apreciação solicitado pelo Prefeito, será encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça Redação, para receber Parecer, na prazo não excedente a 5 (cinco) dias úteis.

§ 1º - Se o projeto tiver de ser submetido a outras Comissões, estas reunir-se-ão conjuntamente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis, para opinar sobre a matéria, executada a Comissão de Redação, que terá prazo distinto de 48 (quarenta e oito) horas, comum a seus membros.

§ 2º - Vencidos os prazos a que se refere este artigo e emitidos os Pareceres, incluir-se-á o projeto na Ordem do Dia da Reunião imediata.

§ 3º - Não havendo Parecer e esgotando o prazo do § 1º, o projeto será anunciando para a Ordem do Dia da Reunião seguinte.

§ 4º - Os projetos a que se refere este artigo terão preferência sobre todos os demais, para discussão e votação, salvo o caso do Projeto de Lei Orçamentária.

§ 5º - Os Projetos de Lei, sob regime de urgência, que receberem emendas na 1º discussão, voltarão às Comissões respectivas, as quais terão o prazo máximo de 3 (três) dias úteis, comum a todas elas, para que possam emitir Parecer sobre as inovações propostas.

**Art. 98** – Findo o prazo do § 5º do artigo anterior, com ou sem Parecer sobre as emendas, a Mesa providenciará a inclusão do projeto na pauta da Reunião seguinte.

**Art. 99** – O projeto em diligencia terá o seu andamento suspenso, podendo ser dispensada essa formalidade, a requerimento de qualquer Vereador, e aprovador pelo Plenário por maioria simples.

**Parágrafo Único** – Quando se tratar de projeto com prazo de apreciação solicitado pelo Prefeito, a diligencia não suspende o prazo regimental nem o seu andamento.

**Art. 100** – É assegurado ao membro de Comissão o direito de requerer, por intermédio do Presidente da Câmara, informação ao Prefeito, bem com requisitar documento ou copia dele, sendo-lhe, ainda, facultado requerer o comparecimento às reuniões da Comissão, de Técnico ou de Secretario Municipal.



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

**Art. 101** – Opinando a Comissão de Legislação, Justiça e Redação, unanimemente, pelo arquivamento da proposição, será o Projeto incluído na Ordem do Dia, para apreciação da preliminar.

**Parágrafo Único** - Rejeitada a preliminar, terá o projeto a tramitação normal.

**Art. 102** – Considerar-se-ão rejeitados o Projetos ou a Representação que receberem, quanto ao mérito, Parecer contrário das Comissões da Casa que forem distribuídos, determinados o Presidente da Câmara, de ofício, o seu arquivamento.

**Art. 103** – A Requerimento escrito e devidamente fundamentado de qualquer Vereador e aprovador pela maioria dos membros da Câmara, podem reunir-se para opinar sobre a Matéria nele indicada, conjuntamente, duas ou mais Comissões Permanentes.

**Art. 104** – Quando duas ou mais Comissões Permanentes apreciarem proposições ou qualquer matéria conjunta, a presidência dos trabalhos caberá ao mais idoso Presidente de Comissão dentre os presentes, salvo se desta reunião conjunta estiver participando a Comissão de Justiça, Legislação e Redação, hipótese em que a direção dos trabalhos caberá ao seu Presidente.

**Art. 105** – À Reunião Conjunta das Comissões aplicar-se-ão as normas que disciplinam o funcionamento das Comissões, facultando-se, neste caso, parecer conjunto.

**Art. 106** – O recesso da Câmara sobrestará todos os prazos consignados na presente Seção.

**Art. 107** – Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão atas com o sumário do que durante elas houver ocorrido, delas devendo constar, obrigatoriamente:

**I** – a hora e o local da reunião;

**II** – Os nomes dos membros que compareceram e dos que não se fizeram presentes, hajam ou não apresentado justificativa.

**III** – referencias sucintas aos relatórios lidos e aos debates;

**IV** – relação da matéria distribuída a os nomes dos respectivos relatores, cujo ato poderá ocorrer fora das reuniões.

**Parágrafo Único** – Lida e aprovada, no inicio de cada reunião, a ata anterior será assinada pelo Presidente da Comissão.

## CAPÍTULO III

### DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

#### Seção I

#### Das Disposições Preliminares

**Art.108-** As Comissões Temporárias são



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

I – Especiais;

II – Inquérito;

III – Representação;

IV- Processantes;

§ 1º - Na hipótese do inciso II, o primeiro signatário do requerimento fará parte, obrigatoriamente, da Comissão.

§ 2º - A Comissão Temporária será composta de 3 (três) membros, salvo as Comissões de Inquérito, Processante e de Emenda à Lei Orgânica, que terão 5 (cinco) membros.

§ 3º - A Comissão de Representação se constitui com qualquer número.

§ 4º - Ao Presidente da Câmara caberá indicar os Vereadores quês comporão as Comissões Temporárias Especiais e de Representação, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional partidária.

§ 5º - Os membros das Comissões de Inquérito e Processante serão indicados pelo Plenário, por votação de maioria simples, e, à Mesa Diretora caberá a nomeação dos mesmos, em 24 horas.

§ 6º - A Comissão que não se instalar e iniciar seus trabalhos em 15 (quinze) dias da sua constituição, estará automaticamente extinta.

§ 7º - A Comissão devidamente instalada poderá, a critério de seus membros, desenvolver seus trabalhos no período de recesso legislativo.

**Art. 109** – A Comissão Temporária reunir-se-á, após nomeada, para, sob a convocação e a Presidência do mais idoso de seus membros, eleger o seu Presidente e escolher o relator da matéria que for objeto de sua constituição ressalvado o disposto no § 2º do art. 60.

## Seção II

### Das Comissões Especiais

**Art. 110** – São Comissões Especiais as constituídas para:

I – emitir Parecer sobre:

- a) Proposta de emenda à Lei Orgânica;
- b) Veto a proposição de Lei;
- c) Projeto concedendo Título de Cidadania Honorária e Benemerita.

II – proceder a estudo sobre matéria determinada;

III – desincumbir-se de missão atribuída pelo Plenário, não cometida a outra comissão por este Regimento.

## Seção III



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

## Das Comissões de Inquérito

**Art. 111** – A Câmara, a requerimento de um terço de seus membros, constituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei neste Regimento.

§ 1º - Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para vida pública e para ordem constitucional, legal, econômica e social do município, que demanda investigação, elucidação e fiscalização e que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º - Recebido o requerimento, o Presidente o despachará observando o disposto no art. 115.

§ 3º - No prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento do requerimento, os membros da Comissão serão eleitos nos termos do § 5º do art.109.

§ 4º - Esgotado o prazo e não havendo eleição, o Presidente procederá à designação da Comissão, por indicação das lideranças.

**Art. 112** – A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, no exercício de suas atribuições, determinar diligências, convocar Secretário Municipal, tomar depoimento de autoridades, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, requisitar informação, documentos e serviços, inclusive policiais, e transportar-se aos lugares onde se fizer necessária a sua presença.

§ 1º - Indicados e testemunhas serão intimados na forma da legislação federal específica, que se aplica, subsidiariamente, a todo o procedimento.

§ 2º - No caso de não comparecimento do indicado ou da testemunha, sem motivo justificado, a sua intimação poderá ser requerida ao Juiz Criminal da localidade em que estes residam ou se encontrem.

**Art. 113** – A Comissão apresentará Relatório circunstanciando, com suas conclusões, e encaminhando:

**I** – à Mesa da Câmara, para as providências de sua competência ou de alcançada do Plenário.

**II** – ao Ministério Público ou à Procuradoria Geral do Estado;

**III** – ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo, assinalado prazo hábil para seu cumprimento;

**IV** – à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira e ao Tribunal de Contas do estado do Estado, para as providências cabíveis;



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

V – à autoridade à qual esteja afeto o conhecimento da matéria.

**Art. 114** – Ao Plenário será dada ciência do relatório circunstanciando da Comissão, com as suas conclusões.

**Art. 115** – Não será criada Comissão de Inquérito enquanto estiverem funcionando, concomitantemente, pelo menos 3 (três) Comissões, salvo requerimento da maioria dos membros da Câmara.

## Seção IV Das Comissões de Representações

**Art. 116** – A Comissão de Representação tem por finalidade estar presente a atos, em nome da Câmara, bem como desincumbir-se de missão que lhe for atribuída pelo Plenário.

**Art. 117** – A Comissão de Representação será constituída de ofício ou a requerimento.

§ 1º - A Representação que implicar ônus para Câmara somente poderá ser constituída se houver disponibilidade orçamentária.

## Seção V Da Comissão Processante

**Art. 118** – À Comissão Processante compete praticar os atos previstos na Lei Orgânica e neste Regimento, quando do processo e julgamento:

**I** – do Prefeito, do Vice-Prefeito e de Secretario Municipal, nas infrações político-administrativas;

**II** - do Vereador, na hipótese do art. 60;

**III** – destituir membros da Mesa Diretora nos termos deste Regimento Interno.

## CAPÍTULO IV DAS VAGAS NAS COMISSÕES

**Art. 119** – Dá-se vaga, na Comissão, com a renúncia, perda do lugar e nos casos do art. 56.

§ 1º - A renúncia tronar-se-á efetiva, desde que formalizada, por escrito, ao Presidente da Comissão e for por este encaminhada ao Presidente da Câmara.



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

§ 2º - A Perda do lugar ocorrerá quando o membro efetivo da Comissão, no exercício do mandato, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivos ou a 5 (cinco) alteradas, na Sessão Legislativa.

§ 3º - O Plenário da Câmara elegerá novo membro efeito da Comissão, nos termos deste Regimento Interno.

§ 4º - O membro eleito completará o mandato do sucedido.

## TÍTULO VI DAS REUNIÕES

### CAPITULO I DAS PRELIMINARES

#### Seção I Das Espécies de Reunião e de sua abertura

**Art. 120** – As Reuniões da Câmara serão:

I – Preparatórias;

II – Ordinárias;

III – Extraordinárias;

IV – Solenes ou Especiais;

V – Permanentes.

§ 1º - Preparatórias as que precederem a instalação dos trabalhos da Câmara, em cada Legislatura, ou a primeira Reunião Ordinária em que se procede à eleição da Mesa.

§ 2º - Ordinárias as que se realizam durante qualquer Sessão Legislativa, nos dias úteis.

§ 3º - Extraordinárias as que se realizam em qualquer dia e hora diferentes dos fixados para as Ordinárias e serão convocados pelo Presidente ou requerido da maioria absoluta dos seus membros.

§ 4º - Solenes ou Especiais são aquelas que se realizam para comemorações ou homenagens, de qualquer espécie, e só poderão ser realizadas ou prestadas pela Câmara Municipal, obedecidas as normas definidas neste Regimento.

§ 5º - Permanentes são aquelas em que a Câmara Municipal permanecerá em constante vigília, acompanhando a evolução dos acontecimentos e pronta para, a qualquer



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

momento, reunir-se e adotar qualquer deliberação, assumido as posições que o interesse publica exigir.

§ 6º - Não haverá convocação da Câmara Municipal para realização de reunião aos domingos, salvo em caso excepcionais, a requerimento de todas as lideranças, destinadas ao cumprimento de prazos ou determinação constitucionais, ou matérias de relevante interesse público.

§ 7º - As reuniões poderão ser prorrogadas por solicitação de qualquer Vereador, ouvindo o Plenário, pelo prazo máximo de 2 (duas) horas.

§ 8º - Antes de encerrada uma prorrogação, outra poderá ser requerida, obedecida as condições de § 7º.

§ 9º - As Reuniões Extraordinárias se destinarão às matérias para as quais foram convocadas e que constarão de sua Ordem do Dia.

§ 10º - As Reuniões da Câmara, com exceção das Solenes, só poderão ser abertas com a presença, de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Vereadores integrantes da Casa.

§ 11º - Será dada publicidade às Reuniões da Câmara, facilitando-se o trabalho da imprensa, publicando-se a pauta e resumo dos trabalhos, sempre que possível.

## Seção II Do Uso da Palavra

**Art. 121** – Durante as Reuniões, o Vereador poderá falar para:

**I** – versar assunto de sua livre escolha no Grande Expediente;

**II** – explicação pessoal;

**III** – discutir matéria em debate

**IV** – apartear;

**V** – encaminhar votação;

**VI** – declarar voto;

**VII** – apresentar ou retirar proposição;

**VIII** – levantar Questão de Ordem.

§ 1º - Nos itens II, V, VI e VIII, o Vereador poderá, com autorização do Presidente, utilizar por uma vez a palavra Ordem, por 1 (um) minuto, para cada assunto diferente do outro.



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

§ 2º - No que preceitua o inciso VII, o Vereador só poderá fazê-lo da Tribuna da Câmara, obedecidos os critérios estabelecidos.

**Art. 122** – O uso da palavra será regulado pelas normas seguintes:

**I** – qualquer Vereador, com exceção do Presidente no exercício da Presidência, falará de pé e só quando enfermo poderá obter permissão para falar sentado.

**II** – o orador deverá falar da Tribuna, a menos que o Presidente permita o contrário;

**III** – ao falar no Plenário, o Vereador deverá fazer uso do microfone;

**IV** – a nenhum Vereador será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente a conceda;

**V** – a não ser através de aparte, permitido pelo orador, nenhum Vereador poderá interromper o orador que estiver na Tribuna, assim considerando o Vereador ao qual o Presidente já tenha dado a Palavra;

**VI** – se o Vereador pretender falar sem que lhe tenha sido dada a palavra, ou permanecer na Tribuna além do tempo que lhe é concedido, o Presidente adverti-lo-á, convidando-o a sentar-se;

**VII** – se, apesar da advertência e do convite, o Vereador insistir em falar, o Presidente dará o seu discurso por terminado e serão desligados os microfones.

**VIII** – se o Vereador ainda insistir, o Presidente convidá-lo-á a retirar-se do recinto;

**IX** – qualquer Vereador, ao falar, dirigirá a palavra ao Presidente ou aos Vereadores em geral;

**X** – referindo-se em discurso a outro Vereador dar-lhe-á o orador deverá preceder seu nome com tratamento de “Senhor” ou de “Vereador”.

**XI** – dirigindo-se a qualquer de seus pares, o Vereador dar-lhe-á o tratamento de “Excelência”, de “Nobre Colega” ou de “Nobre Vereador”;

**XII** - nenhum Vereador poderá referir-se a seus pares e, de modo geral, representante do Poder Público, de forma descortês ou injuriosa.

## Seção III

### Da Suspensão e do Encerramento da Reunião

**Art. 123** – A Reunião poderá ser suspensa:

**I** – para preservação da ordem;

**II** – para permitir, quando for o caso, que Comissão possa apresentar Parecer escrito;





# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

**III** – para recepcionar visitantes ilustres;

**IV** – por deliberação do Plenário

§ 1º - A suspensão da Reunião, no caso do inciso II, não poderá exceder a 15 (quinze) minutos e será mediante aprovação do Plenário.

§ 2º - O tempo de suspensão da Reunião não será computado na sua duração.

**Art. 124** – A Reunião será encerrada antes da hora regimental, nos seguintes casos:

**I** – por falta de “quorum” regimental para o prosseguimento dos trabalhos;

**II** – em caráter excepcional, por motivo de luto nacional, pelo falecimento de autoridade ou alta personalidade, ou por grande calamidade pública, em qualquer fase dos trabalhos, mediante deliberação do Plenário, em requerimento subscrito, no mínimo, pela maioria dos Vereadores presentes.

**III** – tumulto grave.

## CAPÍTULO II DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS

**Art. 125** – As Reuniões Ordinárias compor-se-ão das seguintes partes:

**I** – Pequeno Expediente;

**II** – Ordem do Dia;

**III** – Grande Expediente;

**IV** – Expediente Final.

**Art. 126** – À hora de início das Reuniões, os membros da Mesa Diretora e os Vereadores ocuparão os seus lugares para verificação de “quorum” necessário à abertura da Reunião.

**Parágrafo Único** – O Presidente declarará aberta a Reunião, proferindo as Palavras do Parágrafo Único do Art. 17.

**Art. 127** – As Reuniões da Câmara Municipal serão abertas após a constatação, através de chamada, da necessária presença de “quorum”, e terão a duração de, no Máximo, 4 (quatro) horas, exceto quando autorizada pelo Plenário a prorrogação de que trata o art. 120, § 7º.



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

§ 1º - Inexistindo número legal na primeira chamada, proceder-se-á, dentro de 15 (quinze) minutos, a nova chamada, computando-se esse tempo no prazo de duração da Reunião.

§ 2º - Se persistir a falta de ‘quorum’, o Presidente declarará que não haverá Reunião Ordinária e indicará a Ordem do Dia da Reunião seguinte.

**Art. 128** – Não sendo realizada a Reunião por falta de “quorum” inicial, o Presidente despachará o expediente, independentemente da leitura.

## Seção I

### Da Ordem dos Trabalhos

**Art. 129** – Verificado o numero legal no livro próprio e aberta a Reunião, os trabalhos obedecem à seguinte ordem:

**I** – Pequeno Expediente com duração máxima de 2 (duas) horas, improrrogáveis, destinado à:

- a) Discussão e aprovação da ata da Reunião anterior;
- b) Leitura da correspondência e comunicações já visadas pelo Presidente;
- c) Expediente recebido do Prefeito;
- d) Expediente apresentado pelos Vereadores;
- e) Pronunciamento dos Vereadores.

**II** – Ordem do Dia, com duração de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos, compreendendo:

- a) Leitura de pareceres, discussão e votação de Projetos, Avulsos e Proposições em pauta.

**III** – Grande Expediente, com duração de 30 (trinta) minutos improrrogáveis.

**IV** – Expediente Final, destinado ao encerramento da Reunião Ordinária, pelo Presidente.

**Art. 130** – A presença dos Vereadores, que será registrada em Livro próprio, com suas assinaturas, terá a autenticação a cargo do Secretário, para os devidos efeitos.

**Parágrafo Único** – Só será permitido o ingresso no Plenário, com trajes de acordo com as normas fixadas por este Regimento Interno, exceto autoridades em visita à Câmara, a critério da Mesa Diretora.



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

## Seção II Dos Oradores

**Art. 131** – Os oradores farão suas inscrições, para assegurarem a prioridade, em Livros próprios, da seguinte forma:

**I** – das 08:00 às 14:00 horas, para o Grande Expediente, na Secretaria da Câmara.

**II** – a partir do início da reunião, para Pequeno Expediente na Mesa Diretora.

§ 1º - É vedado ao Vereador inscrever-se, de uma só vez, para mais de uma Reunião.

§ 2º - Só usarão da palavra, no Grande Expediente, os Vereadores devidamente inscritos nos Livros próprios, cujas inscrições serão encerradas com o visto do Diretor Secretário.

**Art. 132** – É de 15 ( quinze) minutos, prorrogáveis pelo Presidente, por mais 15 (quinze) minutos, o tempo de que dispõe o orador para pronunciar o seu discurso, no Grande Expediente.

**Parágrafo Único** – Havendo mais de um orador inscrito, o tempo será dividido proporcionalmente.

## Seção II Do Pequeno Expediente

**Art. 133** – O Pequeno Expediente terá início com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Vereadores.

**Art. 134** – Aberta a Reunião, o Secretário fará a leitura da Ata da reunião anterior, que será submetida à discussão e, se não for impugnada, considerar-se-á aprovada, independentemente de votação.

**Parágrafo Único** – Havendo impugnação ou reclamação, o Secretário prestará os esclarecimentos que julgar convenientes, constando a retificação, se procedente, na ata da Reunião seguinte.

**Art. 135** - Aprovada a Ata, o Presidente determinará ao Secretário a leitura da matéria do Expediente, obedecendo à seguinte ordem:

**I** – Correspondências Diversas;

**II** – Expediente recebido do Prefeito;

**III** – Expediente apresentado pelos vereadores;

§ 1º - Na Leitura das proposições será obedecida a seguinte ordem:

**I** – Indicações;



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

II – Requerimentos;

III – Moções;

IV – Representação;

V – Projetos de Decreto Legislativo;

VI – Projeto de Resolução;

VII – Projeto de Lei;

VIII – Projeto de Emenda à Lei Orgânica.

§ 2º - As Indicações não serão objeto de aprovação pelo Plenário, exceto quando solicitada discussão em avulso.

§ 3º - Os Requerimentos e Moções serão votados imediatamente, após a sua apresentação ou após a discussão em avulso.

§ 4º - As Representações, quando subscritas por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, serão consideradas aprovadas, dispensando o encaminhamento às Comissões Técnicas.

§ 5º - As proposições referidas nos incisos IV, V, VI, VII e VIII, serão encaminhadas as Comissões Técnicas, para receberem parecer.

**Art. 136** – Os Expedientes a serem apresentados pelos Vereadores deverão ser encaminhados à Seção de Expediente até 1 (uma) hora antes do início da Reunião.

**Art. 137** – As inscrições dos oradores para falar no Pequeno Expediente serão feitas de próprio punho, em livro especial e sob a fiscalização do primeiro Secretário, a partir do início da Reunião.

**Parágrafo Único** – Ao Vereador inscrito será concedido um prazo de 5 (cinco) minutos, prorrogável por igual tempo.

## Seção IV

### Da Ordem do Dia

**Art. 138** – Concluído o Pequeno Expediente, por falta de oradores ou por ter sido esgotado o prazo a ele destinado, tratar-se-á de matéria destinada a Ordem do Dia com duração de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos.

§ 1º - É exigida a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara, para que a Reunião tenha prosseguimento.



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

§ 2º - Não havendo “quorum” no início da Ordem do Dia, a Reunião será suspensa pelo Presidente por 5 (cinco) minutos.

§ 3º - Persistindo a falta de quorum no início da Ordem do Dia ou em qualquer fase da mesma, o Presidente declarará encerrada a Reunião.

**Art. 139** – O Vereador poderá requerer a inclusão em pauta, de qualquer proposição para a Reunião do dia seguinte.

§ 1º - O Requerimento será despachado ou votado somente após a informação do Diretor Geral do Legislativo, sobre o andamento da proposição.

§ 2º - Se o pedido referir-se a proposição de autoria do requerente, será despachado pelo Presidente, caso contrário, será submetido a votos, sem discussão.

**Art. 140** – Proceder-se-á à chamada dos Vereadores:

I – na verificação de “quorum”;

II – na eleição da Mesa;

III – na votação nominal e nos escrutínios secretos.

**Art. 141** – Encerrada a Ordem do Dia, seguir-se-á o Grande Expediente.

## Seção V

### Das Atas

**Art. 142** – De cada Reunião da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos, contendo, resumidamente, os assuntos tratados, a fim de ser submetida ao Plenário, nos termos do art. 134 e seu Parágrafo Único.

§1º - No último dia da Reunião, ao fim de cada legislatura, o Presidente suspenderá os trabalhos até que seja redigida a ata para ser discutida e aprovada na mesma reunião.

§2º - As atas serão assinadas, depois de aprovadas, pelo Presidente e pelo 1º Secretário.

## CAPÍTULO III

### DAS REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS

**Art. 143** – A Câmara reunir-se-á, extraordinariamente, quando convocada, com prévia declaração de motivos:

I – pelo Presidente;

II – pelo Prefeito;

III – pela maioria absoluta da Casa.



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

**Art. 144** – A convocação da Reunião Extraordinária determinará dia e hora e a Ordem do Dia dos trabalhos, e será divulgada em Reunião ou através de comunicação individual.

§ 1º - No caso do inciso I do artigo anterior, a primeira Reunião do período extraordinário será marcada com antecedência de 5 (cinco) dias, pelo menos, observada a comunicação direta a todos os Vereadores, devidamente comprovada, e, se necessário, publicações no Órgão Oficial do Município.

§ 2º - Nos casos dos incisos II e III também do artigo anterior, o Presidente da Câmara marcará a primeira reunião para, no mínimo, 3 (três) dias após o recebimento da convocação ou, no máximo, 15 (quinze) dias, procedendo de acordo com as normas do parágrafo anterior, se assim não fizer, a Reunião Extraordinária instalar-se-á automaticamente, no primeiro dia útil que seguir ao prazo de quinze dias, no horário regimental das Reuniões Ordinárias.

§ 3º - Terão o mesmo caráter das Ordinárias, as Reuniões da Câmara, quando esta estiver funcionando em período extraordinário.

§ 4º - Na Reunião Extraordinária, a Câmara deliberará somente sobre a matéria para a qual foi convocada, inexistindo o Pequeno e o Grande Expediente.

§ 5º - A Reunião extraordinária convocada pela Mesa ou o Requerimento de Vereador presente, independe de prévia convocação e exposição de motivos, ouvido o Plenário.

**Art. 145** – Não será considerado faltoso e sujeito às punições, nos termos deste Regimento Interno e da Lei Orgânica Municipal, o Vereador que faltar às Reuniões Ordinárias e Extraordinárias:

I - Quando convocadas nos períodos de recesso da Câmara;

II - Quando for autorizada sua ausência do Município, por aprovação do Plenário;

III - Quando pedir e obtiver autorização do Plenário para se ausentar por motivo justo;

IV - Quando se ausentar do Plenário no momento da votação de qualquer matéria, com objetivo político ou de fazer com que não haja “quorum”;

V- Quando se ausentar do Plenário após a discussão e votação da Ordem do dia.

VI – quando se ausentar do Plenário após a discussão e votação da Ordem do Dia.

**Art. 146** – O horário da Reunião Extraordinária, durante o recesso devesa obedecer o mesmo das Reuniões Ordinárias.

## CAPITULO IV DAS REUNIÕES SECRETAS



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

**Art. 147** – A Reunião Secreta e convocada pelo Presidente da Câmara, de ofício, ou Requerimento escrito e fundamentado, aprovado sem discussão, por maioria absoluta.

§ 1º – Deliberada a realização da Reunião Secreta, o Presidente fará sair da Sala do Plenário todas as pessoas estranhas, inclusive, os funcionários da Câmara.

§ 2º – Se a Reunião Secreta tiver de interromper a Reunião Ordinária, será esta suspensa, para se tornarem as providencias referidas no parágrafo anterior.

§ 3º – Antes de encerrada a Reunião, resolvera a Câmara se deverão ficar secretos, ou constar da Ata publica a matéria versada, os debates e as deliberações tomadas a respeito.

**Art. 148** – Ao Vereador e permitido reduzir a escrito seu pronunciamento, que será arquivado com os documentos referentes a Reunião Secreta.

## CAPITULO V

### DAS REUNIOES SOLENES

**Art. 149** – As Reuniões Solenes são aquelas convocadas para um objetivo determinado e iniciadas com qualquer numero, por convocação do Presidente ou deliberação da Câmara.

**Art. 150** – Nas Reuniões Solenes de outorga de Título de Cidadania Honorária ou Título de Cidadania Benemérita, devera usar a palavra o autor do Requerimento, que falara em nome da Câmara e será oferecida a palavra ao homenageado para agradecer.

**Art. 151** – Nas demais solenidades poderá usar da palavra, além do autor do requerimento, um Vereador de cada Partido, assegurando-se o tempo de 20 (vinte) minutos para o primeiro orador e de 10 (dez) minutos para os seguintes, vedada a inscrição ou Questão de Ordem.

§ 1º – As lideranças indicarão os Vereadores que deverão fazer o uso da palavra.

§ 2º – Os casos omissos relacionados com solenidades e homenagens, serão resolvidos pela Presidência.

§ 3º – Será permitida a realização de Reunião Solene seguida de recepção



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

## CAPITULO VI DAS REUNIOES ESPECIAIS

**Art. 152** – As Reuniões Especiais destinam-se:

**I** – a realização de solenidades e outras atividades decorrentes de Resolução e Requerimento;

**II** – a comemoração da data da fundação da Cidade de Taparuba.

**Parágrafo Único** – As Reuniões Especiais, realizadas sempre após as Reuniões Ordinárias, serão abertas com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara Municipal e não terão tempo de duração determinado.

**Art.153** – As Reuniões Especiais serão convocadas pelo Presidente, de ofício ou mediante requerimento subscrito, no mínimo, por 1/3 (um terço) dos Vereadores, deferido de plano pelo Presidente, e para o fim específico que lhe for destinado.

## CAPITULO VII DAS REUNIÕES PERMANENTES

**Art. 154** – As Reuniões Permanentes são aquelas se instalarão de acordo com o § 5 do art.120.

**Art. 155** – Excepcionalmente, poderá a Câmara Municipal declarar-se em Reunião Permanente, por deliberação da Mesa Diretora ou a Requerimento subscrito, no mínimo, pela maioria absoluta dos Vereadores, deferidos de imediato pelo Presidente.

**Art. 156** – A Reunião Permanente, cuja instalação depende de previa constatação de “quórum” de maioria absoluta dos Vereadores, não terá tempo determinado para encerramento, que só se dará quando, a juízo da Câmara Municipal, tiverem cessado os motivos que a determinaram.

**Art. 157** – Não se realizara qualquer outra Reunião já convocada ou não, enquanto a Câmara Municipal estiver em Reunião Permanente, ressalvado o disposto no Parágrafo Único deste artigo.

**Parágrafo Único** – Havendo matéria a ser apreciada pela Câmara Municipal, dentro de prazo pré-determinado, facultar-se-á suspensão da Reunião Permanente e a instalação da Reunião Extraordinária, destinada, exclusivamente, a esse fim específico, convocada de ofício pela Mesa Diretora ou a requerimento subscrito, no mínimo, por 1/3 ( um terço ) dos Vereadores e deferido de imediato.

**Art. 158** – A instalação de Reunião Permanente durante o transcorrer de qualquer Reunião, implicara o imediato encerramento desta ultima.





# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

## TITULO VII DAS PROPOSIÇÕES E DO PROCESSO LEGISLATIVO

### CAPITULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 159** – Proposição e toda matéria sujeita a deliberação da Câmara Municipal.

**Art. 160** – São modalidades de proposições:

**I** – Indicações;

**II** – Requerimentos;

**III** – Representações;

**VI** – Moções;

**V** – Projetos e Resoluções;

**VI** – Projetos de Decreto Legislativo;

**VII** – Projetos de Lei;

**VIII** – Projetos de Emenda a Lei Orgânica;

**IX** – Substitutivos e Emendas;

**X** – Veto a proposição de Lei;

**XI** – Pedidos de Informação.

**Art. 161** – A Mesa só receberá proposição que forem lidas integralmente, as quais deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial e assinadas pelo seu autor ou autores, exceto as emendas, que deverão conter emenda de seu objetivo.

§ 1º – A proposição destinada a aprovar Convênios, Contratos e Concessões, conterá a transcrição, por inteiro, dos termos do acordo.

§ 2º – Quando a proposição fizer referência a uma Lei, deverá vir acompanhada do respectivo texto.



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

§ 3º – A proposição que tiver sido precedida de estudos, pareceres, decisões e despachos, vira acompanhada dos respectivos texto.

§ 4º – As proposições para serem apresentadas, necessitarão de assinatura de seu autor, presente a Reunião, devendo ser encaminhada a Mesa, em duas via datilografadas.

§ 5º – Os logradouros e estabelecimentos públicos municipais não poderão ser designados com nomes de pessoas vivas, e nem terão mais de 3 (três) palavras, excetuadas as partículas gramaticais.

**Art. 162** – Nenhuma proposição poderá incluir matéria estranha ao seu objeto.

**Art. 163** – Não será permitido ao Vereador apresentar proposição que guarde identidade ou semelhança com outra em andamento na Câmara.

**Parágrafo Único** – Ocorrendo tal fato, a primeira proposição apresentada, que prevalecera, serão anexadas as posteriores, por deliberação do Presidente da Câmara, de ofício ou requerimento.

**Art. 164** – O Vereador membro de Comissão não imitira parecer em proposição de sua autoria.

**Art. 165** – Não será permitido, também, ao Vereador, apresentar proposições de interesse particular seu ou de seus ascendentes, descendentes ou parentes, por consangüinidade ou afinidade, ate o terceiro grau, nem sobre elas emitir votos.

§ 1º – Qualquer Vereador poderá lembrar a Mesa, verbalmente, ou por escrito, impedimento do Vereador de se manifestar.

§ 2º – Reconhecido o impedimento serão considerados nulos todos os atos praticados pelo impedido, em relação à proposição.

**Art.166** – As proposições que não forem apreciadas ate o termino da legislatura serão arquivadas, salvo a Prestação de Contas do Prefeito, Veto a proposição de Lei e os Projetos de Lei com prazo fixado para apreciação.

**Parágrafo Único** – Qualquer Vereador poderá requerer o desarquivamento de proposições.

**Art. 167** – A proposição desarquivada ficara sujeita a nova tramitação, desde a fase inicial, não prevalecendo pareceres, votos, emendas e substitutivos.

**Art. 168** – A matéria constante do Projeto de Lei rejeitando ou com Veto mantido, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Câmara Municipal, ressalvadas as proposições de iniciativa do Prefeito.



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

**Art. 169** – Serão restituídas ao autor as proposições:

**I** – manifestamente anti-regimentais, ilegais ou inconstitucionais;

**II** – que, aludindo à lei ou artigo de lei, decreto, regulamento, ato, contrato ou concessão, não tragam, em anexo, a tramitação do dispositivo aludido;

**III** – quando, em se tratando de substitutivo ou emenda, não guardem direta relação com a proposição a que se refere;

**IV** – quando consubstanciem matéria anteriormente rejeitada ou vetada e com veto mantido, salvo o disposto no art. 168.

§ 1º – As razões de devolução ao autor de qualquer proposição, nos termos de presente artigo, deverão ser devidamente fundamentadas pelo Presidente, por escrito.

§ 2º – Não se conformando o autor da proposição com a decisão do Presidente de devolvê-la, poderá recorrer do ato ao Plenário.

**Art. 170** - Considera-se autor da proposição seu primeiro signatário.

§ 1º – As assinaturas que se seguirem a do autor serão consideradas de apoio, implicando a concordância dos signatários com o mérito da proposição subscrita.

§ 2º – O autor poderá fundamentar a proposição por escrito ou verbalmente.

## CAPITULO II DAS MODALIDADES DE PROPOSIÇÕES

**Art. 171** – Indicação e a proposição em que o Vereador sugere aos poderes competentes, medidas de interesse público.

**Parágrafo Único** – Não haverá limite para a apresentação de indicações pelos Vereadores.

**Art. 172** – Requerimento e a proposição de autoria de Vereador ou Comissão dirigida ao Presidente da Câmara ou de Comissão, que verse sobre matéria de competência do Poder Legislativo.

§ 1º – Os Requerimentos, quanto a competência para decidi-los, são de 3 (três) espécies:

**I** – sujeitos a despacho do Presidente da Câmara;

**II** – sujeitos a deliberação de Comissão;



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

**III** – sujeitos a deliberação do Plenário.

**Art. 173** - E despachado de imediato pelo Presidente:

**I** – o Requerimento escrito que solicite:

- a) a posse do Vereador
- b) a leitura de matéria sujeita a conhecimento do Plenário;
- c) a inserção, em Ata. Do voto de pesar ou de congratulação;
- d) a designação de substituto a membro de Comissão,
- e) a constituição de Comissão de Inquérito, na forma do art. 111 deste Regimento.
- f) a convocação de Reunião Extraordinária, se assinada pela maioria absoluta dos Vereadores ou requerida pelo Prefeito;
- g) o desarquivamento de proposição;
- h) a solicitação de parecer ao Tribunal de Contas sobre matéria tributária e orçamentária, de relevante interesse municipal, se anissinada por 1/3 (um terço) dos Vereadores;
- i) o adiamento da discussão.

**II** – o Requerimento oral que solicite:

- a) A palavra ou a desistência dela;
- b) A permissão para falar sentado;
- c) A retificação da Ata;
- d) A inserção de declaração de voto em Ata;
- e) A verificação de votação;
- f) A retirada de outro Requerimento, pelo próprio autor, antes das votações;
- g) A retirada, pelo autor, de proposição sem parecer ou parecer contrario.
- h) A discussão por partes;
- i) A votação por partes ou no todo;
- j) A prorrogação de prazo para se emitir parecer ou para o orador concluir seu discurso;
- k) A anexação de matérias idênticas ou semelhantes;
- l) A interrupção de Reunião para receber personalidade de destaque;
- m) A destinação, da primeira parte da Reunião, para homenagem especial;
- n) Pedido de discussão de Indicação, Requerimento e Pedido de Informação, em “AVULSO”.
- o) A observância de disposição regimental ou informação sobre a ordem dos trabalhos.

**Art. 174** – Será submetido à votação:

**I** – Requerimento escrito que solicite:

- a) A manifestação de aplausos, regozijo ou congratulação;



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

- b) A suspensão da reunião em regozijo ou pesar;
- c) A prorrogação do horário da reunião;
- d) A alteração da ordem dos trabalhos da reunião, estabelecida no art. 125;
- e) A audiência de Comissão ou a reunião conjunta de Comissão para opinarem determinada matéria;
- f) A inclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Lei de Orçamento para discussão imediata;
- g) A inclusão, na Ordem do Dia, de proposição que não seja do requerente;
- h) Providencias junto aos órgãos da Administração Pública e Pedidos de Informações ao Prefeito;
- i) Informação dos Secretários Municipais, por intermédio do Prefeito;
- j) A constituição de Comissão Especial;
- k) O comparecimento à Câmara do Prefeito ou Secretario Municipal;
- l) Deliberação sobre qualquer assunto não especificado expressamente neste Regimento Interno e que não se refira incidente sobrevindo no curso da discussão e votação;
- m) A convocação de Reunião Extraordinária, Solene ou Secreta.

## II – O Requerimento Oral que solicite:

- a) A retirada, pelo autor, de proposição com parecer favorável, salvo se solicitada pelo Prefeito, quando caberá ao Presidente atender o pedido;
- b) O encerramento da discussão;
- c) A preferência, na discussão ou votação de uma proposição sobre outra da mesma matéria;
- d) A votação destacada de emenda, artigo ou parágrafo;
- e) A votação por determinado processo;
- f) O adiantamento da votação;
- g) A concessão de vista em projeto, por 24 (vinte e quatro) horas;
- h) A concessão de sobrestamento em projeto, por 72 (setenta e duas) horas, por uma única vez;

§ 1º - A inversão da Pauta dos Trabalhos somente será concedida mediante Requerimento subscrito por 1/3 (um terço) dos Vereadores.

§ 2º - A concessão de vista em projeto, por 24 (vinte e quatro) horas, poderá ser requerida por cada Vereador, individualmente.

**Art. 175** – Representação é toda manifestação da Câmara dirigida às autoridades federais, estaduais e autárquicas ou entidades legalmente reconhecidas e não subordinadas ao Poder Executivo Municipal.

**Parágrafo Único** – A Representação estará sujeita a parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para posterior deliberação do Plenário, salvo se assinada por 2/3 dos Vereadores, quando será imediatamente apreciada.



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

**Art. 176** – Moção é qualquer proposição que expressa o pensamento da Câmara, em face de acontecimento submetido à sua apreciação.

**Art. 177** – Os Projetos de Lei, de Resolução, de Decreto Legislativo, e de Emenda à Lei Orgânica deverão ser redigidos em artigos concisos, numerados e assinados por seu autor ou autores.

§ 1º - Nenhum projeto poderá conter duas ou mais proposições independentes ou antagônicas;

§ 2º - Cada Vereador poderá apresentar 4 (quatro) Projetos de Lei dispondo sobre a concessão de Título Honorífico, numa Sessão Legislativa.

**Art. 178** – A iniciativa do Projeto de Lei cabe:

I – Ao Prefeito;

II – À Mesa da Câmara;

III – Ao Vereador;

IV – Às Comissões da Câmara Municipal;

V – Aos cidadãos, nos termos do art. 71 da Lei Orgânica Municipal.

**Art. 179** - A iniciativa de Projeto de Resolução cabe:

I – ao Vereador, exceto nos itens II e IV do art. 180;

II – à Mesa da Câmara;

III – às Comissões.

**Art. 180** – O Projeto de Resolução destina-se a regular matéria da exclusiva competência da Câmara Municipal, tais como:

I – elaboração do Regimento Interno;

II – organização e regulamentação dos serviços administrativos;

III – aprovação das Contas do Prefeito;

IV – aprovação ou ratificação de Acordo, Convênios ou Termos Aditivos;

V – concessão do diploma de Honra ao Mérito;

VI – outros assuntos de sua economia interna.



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

**Parágrafo Único** - Aplicar-se-ão aos Projetos de Resolução, as disposições relativas aos Projetos de Lei.

**Art. 181** – Recebido o Projeto, será numerado e enviado à Secretaria para confecção e distribuição de cópias e remessa às Comissões competentes, a fim de emitirem parecer.

**Parágrafo Único** - Confeccionar-se-ão cópias do projeto, emendas, pareceres e da mensagem do Prefeito, se houver, excluídas as peças que instruírem o projeto e que devem ser devolvidas ao Executivo.

**Art. 182** – Quando a Comissão de Legislação, Justiça e Redação, pela maioria dos seus membros, declarar o projeto inconstitucional ou alheio à competência da Câmara, será o mesmo incluído na Ordem do Dia, independentemente da audiência de outras comissões.

§ 1º - Aprovado o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, pelo Plenário, considerar-se-á rejeitado o Projeto.

§ 2º - Rejeitado o parecer, o processo passará às demais Comissões a que for distribuído.

**Art. 183** – Nenhum Projeto de Lei, de Resolução, de Decreto Legislativo ou Emenda à Lei Orgânica poderá ser incluído na Ordem do Dia para primeira discussão, sem que tenha sido anunciado em Plenário, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

**Art. 184** – Apresentado parecer pela Comissão competente, será o projeto incluído na Ordem do Dia, para discussão e votação.

**Art. 185** – Concluída a primeira discussão nos projetos que exigem duas, ou a segunda, nos que exigem três, se aprovado, será o mesmo encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para, com o seu parecer, voltar para a discussão final.

**Parágrafo Único** – Se, concluída a discussão de que trata este artigo, o projeto for rejeitado o mesmo arquivado.

**Art. 186** - Os projetos de Decretos Legislativos destinam-se a regular as seguintes matérias de exclusiva competência da Câmara Municipal, que tenham efeito externo:

I – concessão de licença ao Prefeito e ao Vice-Prefeito para afastamento do cargo ou ausência do Município, nos termos da Lei Orgânica;

II – punição de Vereador nos termos dos artigos 59, 60, 62, 63, 65, e 66.

III – formalização de resultado de plebiscito.

**Art. 187** – Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, podendo ser:

I – Supressiva – a que manda cancelar parte da proposição;



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

**II** – Substitutiva – a apresentada como sucedânea de parte de uma proposição e que tomará o nome de “substitutivo”, quando atingir a proposição no seu conjunto;

**III** – Aditiva - a que manda acrescentar algo à proposição;

**IV** – De Redação – a que altera somente a redação de qualquer proposição.

**Art. 188** – As Emendas substitutivas e supressivas tem preferência para votação sobre a proposição principal.

§ 1º - O substitutivo oferecido por Comissão tem preferência para votação, sobre os de autoria dos Vereadores.

§ 2º - Havendo mais de um substitutivo de Comissão, tem preferência na votação o oferecido pela Comissão, cuja competência for específica para opinar sobre o mérito da proposição.

**Art. 189** – Aprovado Projeto de Lei, será este enviado ao Prefeito que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º - O Prefeito, considerando o projeto, no todo ou parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, só podendo ser o veto rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto.

§ 2º - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º - Decorrido o prazo do § 1º, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

§ 4º - A apreciação do veto pelo Plenário da Câmara será dentro de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto, permitida a votação por partes.

§ 5º - Rejeitando o veto, será o mesmo enviado ao Prefeito para promulgação da Lei.

§ 6º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º -, o veto será colocado na Ordem do Dia da Reunião imediata, sobrestando as demais proposições, até a sua votação final.

§ 7º - A não promulgação da Lei no prazo de 48 (quarenta e oito) horas pelo Prefeito, nos casos dos § 3º, 5º, criará para o Presidente da Câmara a obrigação de fazê-lo em igual prazo.

**Art. 190** – Entende-se por “Avulso”, o processo pelo qual o Vereador, através da palavra pela ordem, requer sejam o Requerimento, a Indicação, a Moção ou o Pedido de Informação postos em votação na reunião seguinte, após serem sido discutidos pelo Plenário.





# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

§ 1º - Nos Requerimentos, Indicações, Moções ou Pedidos de Informações, serão permitidas as discussões em “Avulso”, desde que as mesmas versem sobre matérias administrativas do Executivo e/ou Legislativo Municipal.

§ 2º - Os pedidos de “Avulso”, deferidos pela Mesa, contatarão, obrigatoriamente, da Ordem do Dia da Reunião Ordinária seguinte, salvo quando ocorrer na última reunião mensal, caso em que será nela discutido, ainda que, para tanto, seja necessária a sua prorrogação.

§ 3º - A discussão e votação dos “Avulsos” não será adiada, mesmo quando ausentes o autor da proposição e o Vereador que houver solicitado.

§ 4º - Os “Avulsos” poderão ser denegados pelo Plenário se a solicitação ferir o caráter imediato de sua execução.

## CAPÍTULO III

### DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

**Art. 191** – As proposições serão submetidas aos seguintes regimes de tramitação:

**I** – Urgência Especial, a requerimento do Vereador;

**II** – Urgência, a requerimento do Prefeito;

**III** – Ordinária, nos termos deste Regimento.

**Art. 192** – A Urgência Especial é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e de parecer, para que determinado projeto seja imediatamente considerado, a fim de evitar grave prejuízo ou perda de sua oportunidade.

§ 1º - O requerimento de Urgência Especial dependerá de apresentação de pedido escrito, devidamente justificado e necessitará, para a sua aprovação, de “quorum” da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 2º - O requerimento de Urgência Especial não sofrerá discussão, mas sua votação poderá ser encaminhada pelo prazo improrrogável de 5 (cinco) minutos.

§ 3º - Não poderá ser concedida Urgência Especial para qualquer projeto, com prejuízo de outra Urgência Especial já votada, salvo nos casos de segurança e calamidade pública.

§ 4º - Concedida a Urgência Especial para proposição que não conte com pareceres, o Presidente designará Relator Especial, devendo a reunião ser suspensa pelo prazo de 15 (quinze) minutos para elaboração do parecer escrito.

§ 5º - A matéria, submetida ao regime de Urgência Especial devidamente instituída, com pareceres das Comissões ou o Parecer do Relator Especial, entrará imediatamente em discussão e votação.

**Art. 193** – O Regime de Urgência implica redução dos prazos regimentais e se aplica somente aos projetos de autoria do Executivo, submetidos ao prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para apreciação.



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

§ 1º - Os projetos submetidos ao Regime de Urgência serão enviados às Comissões Permanentes, pelo Presidente, dentro do prazo de 3 (três) dias da entrada na Secretaria da Câmara, independentemente da leitura no Expediente da Reunião.

§ 2º - O Presidente da Comissão Permanente terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para designar Relator, a contar da data do seu recebimento.

§ 3º - O Relator designado terá o prazo de 3 (três) dias para apresentar parecer, findo o qual, sem que o mesmo tenha sido apresentado, o Presidente da Comissão Permanente evocará o processo e emitirá parecer.

§ 4º - A Comissão Permanente terá prazo total de 6 (seis) dias para exarar seu parecer, a contar do recebimento da matéria.

§ 5º - Findo o prazo para a Comissão competente emitir o seu parecer, o processo será enviado à outra Comissão Permanente ou incluído na Ordem do Dia sem o parecer da Comissão faltosa.

**Art. 194** – A tramitação ordinária aplica-se às proposições que estejam submetidas ao Regime de Urgência Especial ou ao Regime de Urgência.

**Art. 195** – Os Projetos de Lei, Emenda à Lei Orgânica, de Resolução, de Decreto Legislativo, as Representações e os Requerimentos sujeitos à deliberação de Comissão, apresentados no Pequeno Expediente, serão despachados pelo Presidente, às Comissões Permanentes.

§ 1º - Instituídos preliminarmente, quando for o caso, com parecer do Assessor Jurídico, serão apreciados, em primeiro lugar, pela Comissão de Legislação Justiça e Redação ou pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, considerada a competência regimental.

§ 2º - Quando o projeto apresentado for de autoria de todas as comissões competentes, para falar sobre a matéria nele consubstanciada, independerá de informação da Assessoria Técnico Legislativa, sendo considerado em condições de figurar na Ordem do Dia.

§ 3º - As Comissões, em seus pareceres, poderão oferecer substitutivos ou emendas, que não serão considerados quando constante de voto em separado ou voto vencido.

§ 4º - No transcorrer das discussões será admitida a apresentação de substitutivos e emendas, desde que subscritos, no mínimo por 1/3 (um terço) dos membros da Câmara Municipal.

**Art. 196** – Nenhum projeto será dado por definitivamente aprovado, antes de passar por duas discussões e votações, além da redação final, quando for o caso.

§ 1º - Excetuam-se do disposto neste artigo as proposições sujeitas à votação em turno único, na forma deste Regimento.

§ 2º - Os substitutivos, emendas e subemendas, serão discutidos e votados juntamente com proposição original.

## CAPITULO IV

### DOS DEBATES E DELIBERAÇÕES



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

**Art. 197** – Discussão é a fase porque passa a proposição, quando em debate no Plenário.

**Parágrafo Único** – Será objeto de discussão apenas a proposição constante da Ordem do Dia.

**Art. 198** – Anunciada a discussão de qualquer matéria, procede o Secretário à leitura dos pareceres, antes do debate.

**Art. 199** – As proposições que não possam ser apreciadas no mesmo dia ficam transferidas para Reunião seguinte, na qual têm preferência sobre as que forem apresentadas, posteriormente.

**Art. 200** – a pauta dos trabalhos, supervisionada pelo Presidente ou pelo Diretor Geral do Legislativo, para compor a Ordem do Dia, só poderá ser alterada, nos casos de urgência ou adiamento, mediante aprovação da maioria absoluta dos Vereadores.

**Art. 201** – Passarão por 3 (três) discussões os Projetos de Lei, de Resolução e de Decreto Legislativo, sendo a terceira destinada apenas à redação do projeto, observadas as exceções contidas neste Regimento Interno.

§ 1º - Os projetos concedendo Título de Cidadania Honorária e Benemerita, Diploma de Hora ao Mérito, designação de Utilidade Pública, e denominações de logradouros públicos, terão apenas 2 (duas) discussões, sendo a segunda, destinada à redação.

§ 2º - Serão submetidos a votação única, sem discussão os requerimentos, representações e moções, ressalvada a exceção do art. 190 deste Regimento Interno.

§ 3º - Nenhum projeto poderá ter mais de uma discussão e votação na mesma reunião.

**Art. 202** – A retirada do projeto poderá ser requerida pelo autor, em primeira discussão nos projetos de duas discussões e em segunda, nos projetos de 3 (três) discussões.

**Parágrafo Único** – Quando o projeto for apresentado por uma Comissão, considerar-se-á autor a seu Relator e, na ausência deste, o Presidente da Comissão.

**Art. 203** – O Prefeito ou o seu líder poderão solicitar a devolução do projeto de sua autoria, em qualquer fase de tramitação, cabendo ao Presidente atender ao pedido, independentemente de discussão e votação, ainda que contenha emendas ou pareceres favoráveis.

**Art. 204** – Os projetos que versem sobre matéria de Orçamento, Prestação de Contas, de Codificação e Posturas, bem como os de Tramitação Especial ou em Regime de Urgência, não poderão, mesmo despachados às Comissões, sair da Casa para emissão de pareceres.

**Art. 205** – O Vereador poderá solicitar vista de projetos pelo prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, ouvido o Plenário.

§ 1º - A “vista” será concedida até o momento de se anunciar a votação do projeto.



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

§ 2º - Se o projeto for de autoria do Prefeito e com prazo de apreciação fixado em 45 (quarenta e cinco) dias só será concedida vista na Seção de Arquivo.

**Art. 206** – Antes de encerrada e primeira discussão nos projetos de duas discussões ou a segunda nos projetos de três discussões, podem ser apresentados substitutivos e emendas que tenham relação com a matéria neles contida.

§ 1º - Ocorrendo a apresentação de emendas ou substitutivos, quando da primeira discussão, o projeto terá suspensa sua votação, recebendo-se apenas, como objeto de deliberação, as alterações propostas, que serão encaminhadas a Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

§ 2º - Voltando o projeto, as emendas ou substitutivos com o parecer exarado, ambos serão discutidos e dados à votação, não sendo permitida a apresentação de novas emendas, salvo em segunda discussão.

**Art. 207** – Serão debatidos em segunda discussão, o projeto e pareceres ou as emendas e os substitutivos apresentados, salvo se a segunda discussão destinar-se apenas à Redação.

**Parágrafo Único** – Remetido o projeto à Comissão de Redação, voltará a Plenário para discussão quanto às emendas de simples redação, já não podendo mais ser rejeitado no mérito.

**Art. 208** – Não havendo quem mais queira usar da palavra, o Presidente declarará encerrada a discussão e submeterá à votação o projeto e emendas, cada qual por sua vez, observado o disposto no art. 188.

**Art. 209** – A discussão poderá ser adiada uma única vez, pelo prazo de até 3 (três) dias.

§ 1º - O autor do requerimento terá no máximo de (cinco) minutos para justificá-lo e só poderá fazê-lo da Tribuna e nunca pedindo a palavra pela ordem.

§ 2º - O Requerimento de adiamento de discussão de projeto, com prazo de apreciação previsto no art. 240, só será recebido se aprovação, que terá de ser pelo “quorum” e 2/3 (dois terços), não importar na perda do prazo para apreciação da matéria.

**Art. 210** – Ocorrendo dois ou mais Requerimentos no mesmo sentido, será votado, primeiramente, o que fixar prazo menor.

**Art. 211** – Rejeitado o primeiro Requerimento de adiamento, ficam os demais, se houver, prejudicados, não podendo ser reproduzido, ainda que por outra forma, prosseguindo-se logo na discussão interrompida.

## Seção I

### Da Votação

**Art. 212** – As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de votos, presente mais da metade de seus membros.

**Art. 213** – A votação é o complemento da discussão.



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

§ 1º - A cada discussão seguir-se-á a votação.

§ 2º - A votação só será interrompida:

I - por falta de “quorum” para funcionamento da Reunião ou específico à votação da matéria;

II – pelo término do horário da Reunião ou de sua prorrogação.

§ 3º - Cessada a interrupção, a votação terá prosseguimento.

§ 4º - Existindo matéria a ser votada e não havendo “quorum”, o Presidente determinará a chamada dos Vereadores, fazendo registrar-se na Ata o nome dos presentes.

**Art. 214** – Três são os processos de votação:

I – Simbólico;

II – Nominal;

III – Escrutínio Secreto.

**Art. 215** – Adota-se o processo simbólico nas votações, salvo exceções regimentais.

§ 1º - Na votação simbólica, o Presidente solicita aos Vereadores que ocupem os seus lugares no Plenário, convidando a permanecerem sentados os que estiverem a favor da matéria.

§ 2º - Inexistindo requerimento de verificação, o resultado proclamado torna-se definitivo.

**Art. 216** – A votação será nominal, quando requerida por Vereador e aprovada pela maioria dos presentes, e nos casos expressamente mencionados neste Regimento.

§ 1º - Na votação nominal, o Secretário fará a chamada dos Vereadores, cabendo-lhe a anotação dos nomes dos que votarem “A FAVOR” e dos que votarem “CONTRA”, a matéria em exame.

§ 2º - Encerrada a votação, o Presidente proclamará o resultado, não admitindo o voto do Vereador que tenha dado entrada no Plenário, após a chamada no ultimo da lista geral.

**Art. 217** – A votação por escrutínio secreto processa-se:

I – nas eleições dos membros das Comissões Técnicas;

II – nos casos previstos no Parágrafo Único do art. 36 deste Regimento Interno;

III – a Requerimento de Vereador, aprovado pela maioria dos presentes.

**Parágrafo Único** – Na votação por escrutínio secreto, observar-se-ão as seguintes normas e formalidades:

I- Presença da maioria dos membros da Câmara, salvo no “quorum” qualificado nos termos do art. 36;

II- Cédulas impressas ou datilografadas;

III- Designação de 2 (dois) Vereadores para servirem como fiscais e escrutinadores;

IV- Chamada do Vereador por votação;

V- Colocação, pelo votante, da cédula na urna;



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

- VI- Abertura de urna, retirada de cédulas, contagem e verificação de coincidência entre número e o número de votantes, pelos escrutinadores;
- VII- Ciência, ao Plenário, da exatidão sobre o número de cédulas e de votantes;
- VIII- Apuração dos votos, através de leitura em voz alta e anotações pelos escrutinadores;
- IX- Invalidação da cédula que não atenda ao disposto no inciso II;
- X- Proclamação, pelo Presidente, do resultado da votação;

**Art. 218** – As proposições acessórias, compreendendo, inclusive, os Requerimentos incidentes, serão votadas pelo processo aplicável à proposição principal.

**Art. 219** – A falta de número para votação não prejudicará a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia.

**Art. 220** – Qualquer que seja o método de votação, ao Secretário compete apurar o resultado e ao Presidente anunciá-lo.

**Art. 221** – Anunciado o resultado da votação poderá ser dada a palavra ao Vereador que a solicitar, para declaração de voto, pelo tempo de 1 (um) minuto.

**Art. 222** – Nenhum Vereador poderá protestar verbalmente ou por escrito, contra a decisão da Câmara, salvo em grau de recurso, sendo-lhe facultado, apenas, inserir na Ata sua declaração de voto.

**Art. 223** – Logo que concluídas, as deliberações serão lançadas pelo Presidente nos respectivos papéis, com sua rubrica.

**Art. 224** – A votação poderá ser adiada uma única vez, a Requerimento de Vereador, até o momento em que for anunciada, ouvido o Plenário.

§ 1º - o adiamento será concedido para a Reunião seguinte.

§ 2º - Considerar-se-á prejudicado o Requerimento, que, por esgotar-se o horário da Reunião ou por falta de “quorum”, deixar de ser apreciado.

**Art. 225** – Proclamado o resultado da votação, será permitido ao Vereador requerer a sua verificação.

§ 1º - Para verificação, o Presidente, invertendo o processo usado na votação simbólica, convidará a permanecerem sentados os Vereadores que tenham votado contra a matéria.

§ 2º - A Mesa considerará prejudicado o Requerimento, quando constatar, durante a verificação, o afastamento de qualquer Vereador do Plenário.

§ 3º - Será considerado presente o Vereador que requerer a verificação de voto ou de “quorum”, desde que haja votado no processo em verificação.

§ 4º - Nenhuma votação admitirá mais de uma verificação.

§ 5º - O Requerimento de verificação é privativo do processo simbólico.

§ 6º - Nas votações nominais, as dúvidas quanto ao seu resultado poderão ser sanadas com as notas do Redator das Atas.



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

§ 7º - Se a dúvida for levantada contra o resultado da votação secreta, o Presidente solicitará os escrutinadores a recontagem dos votos.

**Art. 226** – Dar-se-á redação final ao Projeto de Lei, de Resolução, de Decreto Legislativo e de Emenda à Lei Orgânica.

§ 1º - A Comissão emitirá parecer, dando forma à matéria aprovada segundo a técnica legislativa, observadas as emendas aprovadas.

§ 2º - A Comissão terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para oferecer a redação final.

§ 3º - Esgotado o prazo, o projeto será incluído na Ordem do Dia.

**Art. 227** – A redação final, para ser discutida e votada, independe dos interstícios constantes deste Regimento Interno.

**Art. 228** – Será admitida emenda à redação final, com a finalidade exclusiva de ordenar a matéria, corrigir a linguagem, os enganos, as contradições ou para aclarar o seu texto.

**Art. 229** – A discussão limitar-se-á aos termos da redação e sobre a mesma o Vereador só poderá falar uma vez e por 5 (cinco) minutos improrrogáveis.

**Art. 230** – Aprovada a redação final, a matéria será enviada à sanção, sob a forma de proposição de Lei, ou à promulgação, sob a forma de Resolução, Decreto Legislativo ou Emenda à Lei Orgânica.

## CAPÍTULO V

### DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

#### Seção I

##### Do Projeto de Lei Orçamentária

**Art. 231** – O Projeto de Lei Orçamentária referente ao exercício subsequente, será encaminhado pelo Prefeito à Câmara Municipal, até 30 (trinta) de setembro e apreciado até 15 de dezembro do ano em curso.

§ 1º - Recebido o Projeto, independentemente de sua leitura em Plenário, será imediatamente enviado à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, a fim de exarar Parecer e apresentar emendas, no prazo de 20 (vinte) dias, improrrogáveis.

§ 2º - Cópia do Projeto será encaminhada, imediatamente, à Secretaria da Câmara, onde ficará à disposição dos Vereadores para análise, dando-se-lhes conhecimento.

§ 3º - Findo o prazo do § 1º, o projeto e as emendas apresentadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, serão incluídos na Ordem do Dia para 1º (primeira) discussão e votação.



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

§ 4º - No prazo de 72 (setenta e duas) horas, o projeto, já com as emendas da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira aprovadas incorporadas ao seu texto, será incluído na Ordem do Dia para 2º (segunda) discussão e votação.

§ 5º - Havendo apresentação de emendas em 2º (segunda) discussão, o Projeto e emendas serão remetidos à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, que emitirá Parecer sobre elas, dentro de 5 (cinco) dias improrrogáveis. Após este procedimento o Projeto não poderá receber novas emendas, retornando para discussão e votação.

§ 4º - Lavrado o Parecer, o Projeto será incluído na Ordem do Dia, para segunda discussão e votação.

**Art. 232** – Aprovado em segunda discussão e votação, o Projeto de Lei de Orçamento voltará à Secretaria, para incorporação das emendas e conferência.

§ 1º - Devolvido o Projeto ao Diretor Geral do Legislativo, este será encaminhado às Comissões de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira e de Legislação, Justiça e Redação para, em trabalho conjunto, apresentarem a redação final dentro de 5 (cinco) dias.

§ 2º - Findo o prazo, o Projeto é incluído em pauta para apreciação da redação final.

**Art. 233** – O Projeto de Lei Orçamentária tem preferência sobre todos os demais, na discussão e votação, e não pode conter disposições estranhas à receita e à despesa do Município.

**Parágrafo Único** – Estando o Projeto de Lei Orçamentária na Ordem do Dia, a parte do Pequeno Expediente é de apenas 30 (trinta) minutos improrrogáveis, sendo a Ordem do Dia destinada exclusivamente ao Orçamento.

## Seção II

### Do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias

**Art. 234** – O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhado à Câmara Municipal, pelo Prefeito, até 15 (quinze) de abril.

§1º - Recebido o Projeto, será ele encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, em seguida, à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, para Pareceres e emendas.

§2º - Esgotados os prazos para apresentação de Pareceres, o Projeto será incluído em regime de prioridade na Ordem do Dia, tenham as Comissões referidas no parágrafo anterior se manifestado ou não.

§3º - Caberá à Comissão de Legislação, Justiça e Redação a elaboração da redação final do Projeto.

§4º - A proposição de que trata o “caput” do artigo terá que ser aprovada no prazo de 75 (setenta e cinco) dias a contar do recebimento.

## Seção III

### Da Comissão de Títulos Honoríficos





# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

**Art. 235** – Os Projetos concedendo Títulos de Cidadania Honorária e Benemérita serão apreciados por uma Comissão Especial de 3 (três) membros, constituída na forma deste Regimento.

**Parágrafo Único** – A Comissão terá o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar seu Parecer, dela não podendo fazer o autor do projeto, nem o Presidente da Câmara.

**Art. 236** – A entrega do Título será feita em Sessão Solene da Câmara Municipal, em dias úteis, podendo, no entanto, em casos excepcionais de doença ou impedimento da presença do homenageado, a critério da Presidência, a entrega será feita em outro local.

§1º - A saudação oficial deverá ser proferida pelo próprio Vereador proponente ou por outro designado pela Mesa, na ausência ou impedimento do outorgante do Título.

§2º - A saudação será por escrito e entregue à Seção de Expediente. 48 (quarenta e oito) horas antes da solenidade, ficando uma cópia para registro nos Anais da Casa.

## Seção IV

### Da Urgência nos Projetos de Iniciativa do Prefeito

**Art. 237** – O Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito, por sua solicitação, será apreciado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, excluídos os referentes a codificações municipais.

§ 1º - Conter-se-á no prazo a partir do recebimento, pela Câmara, da solicitação, que poderá ser feita após a remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento.

§ 2º - Na falta de deliberação dentro do prazo estipulado, será a proposição incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se as demais proposições, para que se ultime a votação.

§ 3º - O prazo estabelecido no “caput” não corre no período de recesso da Câmara.

**Art. 238** – Incluído o Projeto na Ordem do Dia, sem parecer, o Presidente da Câmara designará uma Comissão Especial para, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, opinar sobre o projeto e emendas, se houver, procedendo á leitura em Plenário.

## Seção V

### Tramitação de Matérias Especiais

**Art. 239** – As propostas de Emenda à Lei Orgânica do Município destinam-se a modificar ou suprimir seus dispositivos ou a acrescentar-lhes novas disposições.

§ 1º - As propostas de Emendas à Lei Orgânica do Município poderão ser apresentadas:

I – por 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal

II – pelo Prefeito.

§2º - A proposta será discutida e votada em dois turnos, com intervalo de 10 (dez) dias, e considerada aprovada se obtiver, em ambos, 2/3 (dois terços) dos votos dos membros da Câmara Municipal.

§3º - Não será objeto de deliberação a proposta de Emenda tendente :



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

**I** - Retirar do Município qualquer porção de seu território;

**II** - Abolir a autonomia do Município;

**III** - Alterar ou substituir os símbolos ou a denominação do Município.

**Art. 240** – As emendas à Lei Orgânica ao serem apresentadas serão distribuídas à Comissão especialmente criada para sua análise.

**Parágrafo Único** – Cópias serão encaminhadas a cada Vereador.

**Art. 241** – A Comissão Especial terá o prazo de 15 (quinze) dias para emitir parecer.

**Art. 242** – Findo o prazo para a apresentação do parecer a matéria será colocada na Ordem do Dia para a leitura do mesmo.

**Parágrafo Único** – Não estando concluído o Parecer, no prazo regimental, o Presidente nomeará um relator para que, em 5 (cinco) dias, o faça.

**Art. 243** – Estando a matéria em 1 discussão poderão ser oferecidas as emendas individuais, retornando então para a avaliação da Comissão Especial ou, no caso do Parágrafo Único do artigo anterior, ao relator, para emissão de novo parecer no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

**Parágrafo Único** – Findo este prazo a matéria retornará a Ordem do Dia não sendo mais possível a apresentação de emendas.

**Art. 244** – Aprovada em 1º discussão, a matéria terá um interstício de 10 (dez) dias para a votação em 2º turno.

**§1º** - Em 2º discussão não poderão ser apresentadas novas emendas.

**Art. 245** – A Emenda à Lei Orgânica do Município será promulgada pela Mesa Diretora, com o respectivo número, no prazo de 5 (cinco) dias.

**Art. 246** – A matéria constante de proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município rejeitada ou havida por prejudicada, não pode ser objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa.

## Seção VI

### Da Tramitação Especial de Proposituras de Iniciativa Popular

**Art. 247** – Será assegurada tramitação especial à propositura de iniciativa popular.

**Art. 248** – Ressalvadas as competências previstas na Lei Orgânica do Município, o direito de iniciativa popular será exercido em qualquer matéria de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, incluindo:

- I-** Matéria não regulada por lei;
- II-** Matéria regulada por lei que se pretenda modificar ou revogar;
- III-** Realização de consultas plebiscitárias à população;
- IV-** Submissão a referendo popular de leis aprovadas.

**Art. 249** – Considera-se exercida a iniciativa popular quando:

**I-** O projeto de lei vier subscrito por eleitores representando, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado;



# Câmara Municipal de Taparubá

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

**II-** O requerimento para realização do plebiscito ou de referendo sobre lei vier subscrito por, pelo menos 1% (um por cento) do eleitorado municipal;

§1º - A subscrição dos eleitores será feita em listas organizadas por, pelo menos, uma entidade legalmente constituída com sede nesta cidade, ou 15 (quinze) cidadãos com domicílio eleitoral no Município, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas.

§2º - As assinaturas ou impressão digital dos eleitores, com número de inscrição, zona e seção eleitoral, serão apostas em formulários impressos, cada um contendo, em seu verso, o texto completo da propositura apresentada e a indicação das entidades ou cidadãos responsáveis.

**Art. 250** – Feitas as subscrições, a propositura será protocolizada na Câmara Municipal, a partir do que terá início o processo legislativo próprio.

§ 1º - Constatada qualquer irregularidade na proposta apresentada, será ela devolvida aos seus promotores, os quais poderão recorrer à Mesa, em 15 (quinze) dias, que decidirá em igual prazo.

§ 2º - Suprida a omissão ou julgado procedente o recurso para aceitação da proposta, será ela encaminhada, após despacho, às Comissões competentes para emissão de parecer que será dado na forma dos artigos 71 e seguintes deste Regimento Interno.

**Art. 251** – Designado o relator, terá ele o prazo de 07 (sete) dias improrrogáveis para manifestar-se, cabendo a requisição do processo, pelo Presidente da Comissão, em caso de inobservância do referido prazo.

**Art. 252** – Será permitida defesa oral da propositura pelo que convocar-se-á, em 07 (sete) dias após a apresentação dos relatórios, audiência pública, presidida pelo Presidente da Comissão de Justiça, Legislação e Redação e aberta com, pelo menos, a metade dos membros de cada Comissão designada para emitir parecer.

§ 1º - Na audiência pública, abertos os trabalhos, será observada a seguinte ordem:

**I-** Leitura da propositura, sua justificativa e relatório das Comissões competentes, bem como declaração do número de eleitores que a subscreveram;

**II-** Defesa oral da propositura pelo prazo de 15 (quinze) minutos, prorrogáveis por mais 15 (quinze);

**III-** Debate sobre a constitucionalidade da propositura;

**IV-** Debate sobre os demais aspectos da propositura.

**Art. 253** – O projeto e o parecer, mesmo quando contrário, serão encaminhados ao Plenário, com indicação dos votos recebidos nas Comissões, incluindo-se na Ordem do Dia da primeira reunião ordinária a ser realizada.

**Parágrafo Único** – Do resultado da deliberação em Plenário será dado conhecimento às entidades ou aos cidadãos responsáveis pela propositura.

## CAPITULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 254** – O Prefeito ou o Vice-Prefeito poderão comparecer, sem direito a voto, às Reuniões da Câmara.



# Câmara Municipal de Taparuba

-ESTADO MINAS GERAIS-

CNPJ-01.624611/0001-73

Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000

---

**Art. 255** – O Prefeito ou o Vice-Prefeito a requerimento de qualquer Vereador, aprovado por maioria absoluta da Câmara, poderão ser convidados a prestar esclarecimentos à Casa.

**Art. 256** – O Secretário Municipal poderá ser convocado a prestar esclarecimentos à Câmara ou a qualquer de suas Comissões, o que será feito através de Requerimento aprovado pela maioria dos Vereadores presentes.

**Parágrafo Único** – A falta de comparecimento do Secretário, sem justificativa razoável, será considerada desacato à Câmara e, se o Secretário for Vereador licenciado, o não comparecimento nas condições mencionadas caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da Câmara, para instauração do respectivo processo, na forma da lei.

**Art. 257** – O Secretário Municipal, a seu pedido, poderá comparecer à Câmara ou a qualquer de suas Comissões. Para expor assunto e discutir Projeto de Lei ou Resolução, relacionado com o seu serviço administrativo.

§ 1º - Para receber esclarecimentos e informações do Secretário Municipal, a Câmara poderá interromper os seus trabalhos.

§ 2º - Enquanto na Câmara, o Secretário Municipal fica sujeito às normas regimentais que regulam os debates.

**Art. 258** – Aprovado o Requerimento de convite do Prefeito ou do Vice-Prefeito, ou de convocação de Secretário Municipal, os Vereadores, até 72 (setenta e duas) horas anteriores à data do comparecimento, deverão encaminhar à Mesa os quesitos sobre os quais pretendem esclarecimentos, sem prejuízo de perguntas complementares e atinentes que julgarem necessárias.

**Art. 260** – As ordens do Presidente, relativamente ao funcionamento dos serviços da Câmara, serão expedidas através de Portarias ou Ordens de Serviço.

**Art. 261** – O Regimento Interno só poderá ser modificado ou reformado, por Projeto de Resolução, se aprovado por maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 1º - Distribuídas as cópias, o Projeto ficará na Secretaria durante 5 (cinco) dias para receber emendas e findo o prazo, será encaminhado à Comissão Especial designada para seu estudo e parecer.

§ 2º - A Mesa, ao fim da legislatura, determinará a consolidação das modificações que tenham sido feitas no Regimento, mandando tirar nova cópia, durante o interregno das Reuniões.

**Art. 262** – A Mesa providenciará, no início de cada exercício Legislativo, uma edição completa de todas as Leis e Resoluções publicadas no ano anterior.

**Parágrafo Único** – Não serão fornecidas aos Vereadores cópias ou fotocópias de quaisquer documentos estranhos aos serviços ou processos na Câmara, salvo determinação em contrário da Mesa, exarada em requerimento escrito.

**Art. 263** – A Mesa Diretora nomeará Comissão Especial para elaboração do Código de Ética do Vereador.

**Art. 264** – Os prazos previstos neste Regimento são contínuos, não se computando o dia do começo e incluindo-se do vencimento, somente se suspendendo por motivo de Recesso.



# **Câmara Municipal de Taparuba**

**-ESTADO MINAS GERAIS-**

CNPJ-01.624611/0001-73

**Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000**

---

**Art. 265** – Nenhuma deliberação do Plenário, seja a que título for e independentemente do “quorum” alcançado, poderá dispor da forma contrária a este Regimento Interno, salvo alteração por Projeto de Resolução.

**Art. 266** – À data de vigência deste Regimento, ficarão prejudicados quaisquer Projetos de Resolução em matéria regimental.

**Art. 267** – Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos soberanamente pelo Plenário, observando-se o disposto no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

**Art. 268** - Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Câmara Municipal de Taparuba 15 de fevereiro de 2017.**

---

**Josenildo José de Oliveira**  
**Presidente**

---

**Vilmar de Paula Mendes**  
**Vice-Presidente**

---

**Felipe de Oliveira Lacerda**  
**Secretário**

---

**Reginaldo Correa Ribeiro**

---

**Adriano Silva Ker**

---

**Célio Neves Dutra**



# **Câmara Municipal de Taparuba**

**-ESTADO MINAS GERAIS-**

CNPJ-01.624611/0001-73

**Rua Mariano Pereira, 505 – Tele fax: (33)-3314-8010 – CEP. 36.953-000**

---

---

**Fabiana Ferreira Kerr Furtado**

---

**José Carlos de Oliveira**

---

**Nadir Cândida de Oliveira Neto**